



**INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
CAMPUS PORTO ALEGRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

FABIANA CENTENO FAGUNDES

**AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROCESSOS DE GESTÃO DO ENSINO TÉCNICO E
TECNOLÓGICO**

Porto Alegre

2020

FABIANA CENTENO FAGUNDES

**AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROCESSOS DE GESTÃO DO ENSINO
TÉCNICO E TECNOLÓGICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Porto Alegre do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Prof^a Dra. Clarice Monteiro Escott

Porto Alegre

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F156a Fagundes, Fabiana Centeno.
Autoavaliação institucional: contribuições para os processos de gestão do ensino técnico e tecnológico. / Fabiana Centeno Fagundes; orientadora Clarice Monteiro Escott. – Porto Alegre: 2020

105 f.

Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Porto Alegre. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT. Porto Alegre, 2020. Orientadora: Prof^a Dr^a. Clarice Monteiro Escott

1. Educação Profissional e Tecnológica 2. Autoavaliação institucional. 3. Gestão. 4. Ensino técnico e tecnológico. I. Escott, Clarice Monteiro, orientadora. II. Título

CDU: 377

CDU: 004:37

FABIANA CENTENO FAGUNDES

AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

**CONTRIBUIÇÕES PARA A QUALIDADE DOS PROCESSOS DE GESTÃO DO
ENSINO TÉCNICO E TECNOLÓGICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 14 de dezembro de 2020.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Clarice Monteiro Escott
Instituto Federal do Rio Grande do Sul – IFRS
Orientador

Prof^a. Dra. Gislene Miotto Catolino Raymundo
Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC

Prof^a. Dra. Letícia Martins de Martins
Instituto Federal do Rio Grande do Sul – IFRS

FABIANA CENTENO FAGUNDES

AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

**CONTRIBUIÇÕES PARA A QUALIDADE DOS PROCESSOS DE GESTÃO DO
ENSINO TÉCNICO E TECNOLÓGICO**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 14 de dezembro de 2020.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Clarice Monteiro Escott
Instituto Federal do Rio Grande do Sul – IFRS
Orientador

Prof^a. Dra. Gislene Miotto Catolino Raymundo
Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC

Prof^a. Dra. Letícia Martins de Martins
Instituto Federal do Rio Grande do Sul – IFRS

Para Alice

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a oportunidade de realizar esse curso de mestrado, que tem uma organização que compreende a realidade de estudantes trabalhadores, tanto pela organização dos horários de aulas, quanto pelo seu caráter prático. Gratidão aos professores e professoras do PROFEPT – Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – da turma de 2018.

Agradeço à minha orientadora Clarice pela dedicação, paciência e generosidade em todas as considerações e pela atitude de incentivo ao longo da pesquisa. A todos os colegas dessa jornada e especialmente à Lisi, que, além das muitas contribuições com minha pesquisa, se tornou uma grande parceira e amiga.

Meu especial agradecimento aos colegas do Campus Gravataí, da Diretoria de Desenvolvimento Institucional do IFSul e ao Eleno, Pesquisador Institucional, pela colaboração na pesquisa e pelas sugestões para que a finalização desse produto fosse a melhor possível.

Por fim, agradeço ao universo por colocar em minha vida pessoas especiais que ajudaram nessa caminhada, especialmente aos amigos Filipe, Neilza, Fabi Keller e Rafaela. À minha mãe, ao meu irmão Victor e à Aline pelo apoio nos cuidados com a Alice, enquanto estive envolvida com as atividades do curso. À minha querida Alice, que foi especialmente compreensiva com minhas ausências durante o mestrado.

RESUMO

Este artigo apresenta os resultados da pesquisa que analisou possibilidades da contribuição de um produto educacional para a qualificação dos processos de autoavaliação institucional e planejamento no âmbito da atuação da gestão no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul) – Câmpus Gravataí. A pesquisa, intitulada "Autoavaliação Institucional: Contribuições para os Processos de Gestão do Ensino Técnico e Tecnológico", foi desenvolvida no Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional – PROFEPT, e está vinculada à Linha de Pesquisa Organização e Memórias dos Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica. A investigação foi realizada numa perspectiva qualitativa e participante. Assim, buscou-se responder em que medida a Autoavaliação Institucional pode produzir informações que contribuam para os processos de gestão do IFSul – Câmpus Gravataí, ao subsidiar o planejamento participativo. O produto educacional resultado desta pesquisa é um material textual denominado Guia de Autoavaliação Institucional para a Educação Profissional e Tecnológica: contribuições para um percurso de democrático, participativo e educacional. Em especial, o Guia foi construído com os pressupostos que orientam a proposta de SAUL (2010) que, embora focada na avaliação da pós-graduação, traz uma contribuição efetiva sobre a construção coletiva do processo de avaliação emancipatória, capaz de oportunizar uma reflexão crítica, coletiva e aprofundada da realidade, contribuindo para as possibilidades de sua transformação. Ainda, considera como centrais os princípios apresentados por Dias Sobrinho (2011) para a compreensão da abrangência da autoavaliação institucional, quais sejam: Totalidade, Integração, Processo, Pedagogia, Orientação Formativa, Qualidade e Ênfase Qualitativa, Flexibilidade, Credibilidade, Comparabilidade, Institucionalidade e Permanência, complementado pelos princípios de justiça, pertinência e participação. Além desses autores, a revisão teórica dispõe das contribuições de Leite (2005), na perspectiva da Avaliação Participativa, assim como em Lück (2011), Dalmás (2011), Libâneo (2008) e Paro (2008), para a análise sobre a gestão educacional democrática e o planejamento participativo. O produto educacional foi avaliado pelos gestores e membros da Comissão Própria de Avaliação do IFSul – Câmpus Gravataí, pelos servidores da Diretoria de Desenvolvimento Institucional (Reitoria) e pelo Pesquisador Institucional (PI), por meio do formulário on-line. De acordo com a avaliação, a maioria considerou que o produto pode contribuir para a avaliação institucional do IFSul, e traz contribuição para a aprimoramento da Educação Profissional e Tecnológica. Ao olhar o processo de Autoavaliação Institucional com mais atenção, reforçamos a importância da melhoria da qualidade da educação oferecida pela Instituição, em todos os níveis e funções, com foco na função social da instituição. Acredita-se que a pesquisa possa contribuir para a melhoria dos processos de autoavaliação institucional e de gestão participativa do Câmpus Gravataí do IFSul e que também possa ser usada por outros campi do respectivo Instituto, bem como por outros Institutos Federais.

Palavras-chave: Autoavaliação Institucional; Educação Profissional e Tecnológica, Avaliação Emancipatória; Gestão Democrática; Planejamento Participativo; Produto Educacional..

ABSTRACT

This article presents the results of the research that analyzed possibilities of contribution of an educational product for the qualification of institutional self-evaluation and planning within the area of management in the Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul) – Campus Gravataí. The research, entitled “Institutional Self-evaluation: Contributions to the Management Processes of Technological and Technical Education”, was developed in Master’s Program in Technological and Technical Education in National Network – PROFEPT, and it is associated to the Line of Research Organization and Memories of the Pedagogical Spaces in Technological and Professional Education. The investigation was performed in a qualitative and participant perspective. Thereby, sought to answer to what extent Institutional Self-evaluation can produce information that contribute for the management processes of IFSul – Campus Gravataí, subsidizing participatory planning. The educational product resulting from this research is a textual material called Self-evaluation Guide for Professional and Technical Education: contributions to a democratic participative and educational path. In particular, the Guide was developed with the assumptions that guide SAUL’S proposal (2010), which, although focused on postgraduate evaluation, brings an effective contribution about the collective construction of the process of emancipatory evaluation, capable of provide a critical, collective and deep reflection of the reality, adding to the possibilities of its transformation. Moreover, it considers as central the principles presented by Dias Sobrinho (2011) for the comprehension of the institution self-evaluation coverage, being: Totality, Integration, Process, Pedagogy, Formative Orientation, Quality and Qualitative Emphasis, Flexibility, Credibility, Comparability, Institutionality and Continuity, complemented by the principles of justice, relevance and participation. Beyond these authors, the theoretical revision counts on the contribution of Leite (2005), in the perspective of the Participatory Evaluation, as well as in Lück (2010), Dalmás (2011), Libâneo (2008) and Paro (2008), for the analysis of the democratic educational management and the participatory planning. The educational product was assessed by the managers and members of the Evaluation Committee of IFSul – Campus Gravataí, by the officials of the Institutional Development Board (rectory) and by the Institutional Researcher (PI), through online form. According to the assessment, the majority considered that the product can contribute to the IFSul institutional evaluation and can enhance the Technological and Professional Education. Looking at the Institutional Self-evaluation more carefully, we reinforce the importance of improving the education offered by the Institution, in all levels and duties, focusing in the institution’s social function. We believe that the research can contribute to enhancing the institutional self-evaluation process as well as the participative management of IFSul – Campus Gravataí, and that it can be used not only by other campi of the Institute, but also of other Federal Institutes.

Key-words: Institutional Self-evaluation; Professional and Technological Education; Emancipatory Evaluation; Democratic Management; Participatory Planning; Educational product.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relação Objetivos X Capítulos do Produto Educacional (Guia) X Questões avaliativas	31
Quadro 2 – Relação de Avaliadores de acordo de acordo com sua função	32
Quadro 3 – Periodização da Autoavaliação Institucional no IFSul.	33
Quadro 4 – Avaliação das aspectos globais do produto educacional.....	39
Quadro 5 – Sugestões de alteração após avaliação do produto educacional.	43

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Etapas da pesquisa	29
Figura 2 – Capa do Produto Educacional	50
Figura 3 – Captura de imagens do Capítulo 1: Guia de Autoavaliação Institucional: Contribuições para um Percorso Democrático, Participativo e Educacional.	51
Figura 4 – Captura de imagens do Capítulo 2: Guia de Autoavaliação Institucional: Contribuições para um Percorso Democrático, Participativo e Educacional.	52
Figura 5 – Captura de imagens do Capítulo 3: Guia de Autoavaliação Institucional: Contribuições para um Percorso Democrático, Participativo e Educacional.	53
Figura 6 – Captura de imagens do Capítulo 4: Guia de Autoavaliação Institucional: Contribuições para um Percorso Democrático, Participativo e Educacional.	54

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1** – O Guia apresenta informações relevantes sobre o processo de avaliação institucional do IFSul.35
- Gráfico 2** – O Guia apresenta propostas de ações de avaliação institucional alinhada com as particularidades da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e da institucionalidade dos Institutos Federais.36
- Gráfico 3** – Este produto educacional demonstra relação entre a Legislação da avaliação institucional e as diretrizes e concepções da EPT.37
- Gráfico 4** – O conteúdo do Guia é capaz de provocar reflexões sobre a importância da participação nos processos de gestão do IFSul.38
- Gráfico 5** – O Guia contribui com subsídios para a implantação da avaliação institucional e para o planejamento participativo, com vistas a melhorias dos processos institucionais.....39
- Gráfico 6** – O Guia contribui para o processo de aprendizagem de gestores e servidores em relação à avaliação institucional e ao planejamento participativo.40

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica
CPA – Comissão Própria de Avaliação
CEP – Comissão de Ética em Pesquisa
ENADE – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
EPT – Educação Profissional e Tecnológica
IES – Instituição de Educação Superior
IFSul – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
INEP – Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
MD – Marco Doutrinal
MEC – Ministério da Educação
MO – Marco Operativo
MS – Marco Situacional
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PPI – Projeto Pedagógico Institucional
PROFEPT – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
1 INTRODUÇÃO	19
2 PERCURSO TEÓRICO	21
2.1. OS INSTITUTOS FEDERAIS E AS CONCEPÇÕES E PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	21
2.2. AS BASES LEGAIS E TEÓRICAS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	23
2.3. GESTÃO DEMOCRÁTICA, PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO E AVALIAÇÃO EMANCIPATÓRIA.....	25
3 METODOLOGIA	29
4 ANÁLISE DOS DADOS (RESULTADOS E DISCUSSÕES)	33
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	47
APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL	50
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL ..	91
ANEXO A – AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL IFSUL	92
ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	93
ANEXO C – PARECER CONSUBSTANCIADO COMITÊ DE ÉTICA (cep)	95

APRESENTAÇÃO

A Autoavaliação Institucional é uma maneira de compreender de forma global a instituição escolar. Na presente pesquisa, apresentaremos um estudo sobre a organização desse processo no Instituto Federal de Educação Profissional e Tecnológica Sul-rio-grandense (IFSul) e, mais especificamente, as repercussões da implantação da autoavaliação no Câmpus Gravataí.

A pesquisa compreende, também, o desenvolvimento do produto educacional “*Guia de Autoavaliação Institucional para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT): contribuições para um percurso democrático, participativo e educacional*” que visa contribuir para o fortalecimento e a articulação da Autoavaliação Institucional com os processos institucionais de gestão, por meio do planejamento participativo no IFSul – Câmpus Gravataí.

A Avaliação Institucional é alvo de atenção tanto para a definição de políticas públicas quanto para a orientação das práticas institucionais e dos docentes. Em 2004, foi implantado o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e, diferentemente do modelo anterior, que centrava o processo avaliativo na avaliação do estudante, passou a combinar componentes relativos ao ensino, à pesquisa, à extensão, à responsabilidade social, ao desempenho dos alunos, à gestão da instituição, ao corpo docente e às instalações, dentre outros aspectos.

Voltado, portanto, para a oferta do Ensino Superior, o SINAES é um modelo mais abrangente e complexo, composto pela autoavaliação, a avaliação externa e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE). No entanto, tendo em vista a necessidade de uma avaliação global e, tendo os Institutos Federais a prerrogativa da verticalização da oferta, entende-se que, na Autoavaliação Institucional, devem ser incluídos os outros níveis de ensino. Nesse contexto, defende-se que, no Câmpus Gravataí (IFSul), comunidade, servidores e estudantes vinculados ao curso técnico de nível médio, de forma integrada, devem participar da autoavaliação.

Mediante o entendimento da autoavaliação institucional nesse contexto, faz-se necessário procurar a melhor forma de adequar a avaliação proposta pelo SINAES à institucionalidade dos Institutos Federais, cuja oferta se dá desde os cursos técnicos até a educação superior. Tal adequação reforça, também, a

necessidade do compromisso da comunidade acadêmica com a participação nesse processo. Valorizar a autoavaliação institucional é privilegiar, nessa experiência, a importância de dar significado aos dados, ao estabelecer a relação entre os resultados da avaliação e o plano de gestão.

Ao definir o foco desta pesquisa na interface entre autoavaliação institucional, gestão e planejamento participativo, a investigação se situa na Linha de Pesquisa Organização e Memórias da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e no Macroprojeto 6 – Organização de espaços pedagógicos da EPT. Para tanto, partimos da questão de pesquisa: em que medida a Autoavaliação Institucional pode produzir informações que contribuam com os processos de gestão do IFSul – Câmpus Gravataí, ao subsidiar o planejamento participativo de ações de melhoria dos processos institucionais?

Este artigo está estruturado da seguinte forma: introdução com apresentação dos objetivos gerais e específicos, referencial teórico, metodologia, análise dos dados e considerações finais.

O Guia é norteado pelos princípios da Avaliação Institucional apresentados por Dias Sobrinho (2011), quais sejam: Totalidade, Integração, Processo, Pedagogia, Orientação Formativa, Qualidade e Ênfase Qualitativa, Flexibilidade, Credibilidade, Comparabilidade, Institucionalidade e Permanência. Ademais, para construir uma proposta para a condução do processo de articulação da autoavaliação institucional com os processos de gestão, o Guia orienta-se pela proposta de Saul (2010) que, embora focada na avaliação da pós-graduação, traz uma contribuição efetiva sobre a construção coletiva do processo de avaliação emancipatória, capaz de oportunizar uma reflexão crítica, coletiva e aprofundada da realidade, contribuindo para a criação de possibilidades de sua transformação. A autora propõe uma trilha metodológica para autoavaliação baseada em três momentos: a descrição da realidade, a crítica à realidade e a criação coletiva.

Por último, o texto discorre sobre os quatro passos do planejamento participativo proposto por Gandin (2013, p. 22): “descobrir os problemas e os desafios da realidade; construir um referencial com temas sugeridos pelos desafios; avaliar a prática da entidade à luz daquele referencial; propor uma nova prática para dar conta, em parte pelo menos, dos desafios descobertos”. O autor ainda orienta o Planejamento Participativo pelos conceitos de Marco Situacional (MS), de Marco Doutrinal (MD) e de Marco Operacional (MO), proposto por Dálmas (2011).

Os fundamentos metodológicos adotados para orientar esta pesquisa foram de abordagem qualitativa. A investigação contou com uma etapa de pesquisa documental para subsidiar a análise dos dados e o delineamento do lócus da investigação e, na sequência, a aplicação de formulário on-line, com o objetivo de avaliar o produto educacional resultante do estudo.

O produto educacional resultante da pesquisa, o “Guia de Autoavaliação Institucional para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT): contribuições para um percurso democrático, participativo e educacional” foi avaliado pelos profissionais que atualmente participam da Gestão do IFSul – Câmpus Gravataí, membros da Comissão Própria de Avaliação (CPA) Local, servidores da Diretoria de Desenvolvimento Institucional (DDI) e pelo Pesquisador Institucional (PI). O Guia está organizado em quatro partes: 1. Contextualização: o IFSul e a Autoavaliação Institucional (a instituição, o perfil de cursos e os alunos do Câmpus Gravataí, o histórico documental (PDI, PPI e da autoavaliação institucional no IFSul e seus desdobramentos locais)); 2. Organização da Autoavaliação Institucional no Contexto da Educação Profissional e Tecnológica (legislação, SINAES, etapas da autoavaliação institucional, meta-avaliação, princípios da Avaliação Institucional, cultura da Autoavaliação Institucional); 3. Autoavaliação Institucional na Prática da Gestão Democrática e do Planejamento Participativo; e 4. Fluxos e Processos da Organização da Avaliação na Educação Profissional e Tecnológica (apresentação proposta de fluxos).

Por fim, apresentam-se as considerações finais, na perspectiva de estimular e nortear o desenvolvimento de uma cultura de autoavaliação institucional no contexto do IFSul, bem como um aprofundamento da sua articulação com os processos de gestão.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da experiência como representante na CPA, percebi uma fragilidade entre os processos de autoavaliação institucional, seus resultados e o planejamento de gestão. Entendo que os processos avaliativos devem contribuir diretamente para subsidiar as tomadas de decisão da gestão e a qualidade do trabalho desenvolvido. Para tanto, discute-se neste estudo as possibilidades de superação do modelo de centralização e de decisões unilaterais. Segundo Lück (2011, p. 15):

O movimento de democratização concentra-se em três vertentes básicas da gestão escolar: a) participação da comunidade escolar na seleção dos gestores da escola; b) criação de um colegiado/conselho escolar que tenha tanto autoridade deliberativa como poder decisório e c) repasse de recursos financeiros às escolas, e, conseqüentemente, aumento de sua autonomia.

Uma gestão que considera e respeita uma estrutura multicampus, que reconhece as peculiaridades de cada região onde o Instituto Federal (IF) está inserido e que possibilita a participação dos servidores dos diversos campus com a reitoria, assim como a descentralização das reuniões, se fortalece nos princípios democráticos.

Em todos os campus do IFSul, os servidores estão organizados em uma área acadêmica, formada pelos docentes, e outra administrativa, composta pelos técnico-administrativos. Essas áreas se articulam em prol do desenvolvimento das ações de ensino, pesquisa e extensão. No IFSul, assim como em outros Institutos, a gestão democrática pode ser observada por meio de diversos mecanismos: eleição de dirigentes, escolha de coordenadores de curso e participação no Conselho Superior (representação paritária de docentes, técnicos, discentes e comunidade externa), Diretório Central dos Estudantes e Grêmio Estudantil. Ainda, os representantes da Gestão compõem as Câmaras Consultivas de Ensino, Pesquisa, Extensão, Assistência Estudantil e Administração, Comitês, Colegiados, etc.

Para garantir a existência de tempo e recursos suficientes voltados para a participação, faz-se necessária a capacitação dos integrantes da comunidade escolar (professores, gestores, pais e alunos). Preparar a comunidade escolar para a gestão democrática é a essência da transformação do sistema de ensino". (LÜCK et al., 2011. p. 30).

Espera-se ainda que os resultados desta pesquisa possam clarificar questões importantes da utilização dos resultados da avaliação para a organização da gestão,

no sentido de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão no IFSul, considerado na complexidade de uma instituição multicampus, cuja oferta se dá desde a educação básica até a pós-graduação.

Além dessas questões, percebeu-se que a Autoavaliação Institucional não recebeu, nos últimos anos, a devida atenção por parte da instituição. Questão essa que é evidenciada pelo baixo desempenho desse indicador nas avaliações de curso nos últimos anos, pela falta de infraestrutura para CPA, explicitada, inclusive, pelos relatórios anuais de autoavaliação e pela baixa adesão da comunidade na participação para respostas aos instrumentos, como é observado na Tabela 1:

Tabela 1 – Participação, por segmento, na pesquisa de Autoavaliação Institucional.

ANO	SEGMENTO		
	Técnico-administrativo	Docentes	Discentes
2019	28,39%	33,40%	16,08%

Fonte: Relatório de Autoavaliação Institucional – IFSul/CPA, 2019.

Para tanto, define-se como problema de pesquisa: Em que medida a Autoavaliação Institucional pode produzir informações que contribuam com a qualidade dos processos de gestão do IFSul – Câmpus Gravataí, ao subsidiar o planejamento participativo de ações de melhoria dos processos institucionais?

Nesse sentido, o objetivo geral desta pesquisa é compreender o quanto a Autoavaliação Institucional pode produzir informações que subsidiem o planejamento participativo e que contribuam para a melhoria dos processos de gestão do IFSul – Câmpus Gravataí e, a partir desses dados, produzir um guia para qualificar esse processo, em uma perspectiva democrática e participativa. Os objetivos específicos que orientaram o desenvolvimento da pesquisa foram assim definidos: 1. Analisar a proposta de autoavaliação do IFSul e as repercussões da sua implantação no Câmpus Gravataí; 2. Identificar as características necessárias a um processo de autoavaliação institucional participativa alinhada à institucionalidade dos Institutos Federais; 3. Apreciar os pressupostos do SINAES no contexto dos Institutos Federais; 4. Analisar as possibilidades de processos que contribuam para a Gestão Democrática no contexto do IFSul; e 5. Construir um Guia que subsidie os processos de autoavaliação e planejamento participativo, com vistas a melhorias dos processos institucionais.

2 PERCURSO TEÓRICO

Neste capítulo, serão apresentadas as referências que subsidiaram a elaboração desta pesquisa e do produto educacional. Para a análise do contexto pesquisado, buscamos aporte teórico em autores que contribuem com a reflexão sobre os Institutos Federais e com as concepções e diretrizes da EPT, em dispositivos legais e em princípios que estão no âmbito da autoavaliação institucional. Ainda, são abordados os conceitos de gestão democrática, planejamento participativo e avaliação emancipatória.

2.1.OS INSTITUTOS FEDERAIS E AS CONCEPÇÕES E PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A implantação dos Institutos Federais no Brasil é resultado de um conjunto de políticas que se constroem na perspectiva da educação enquanto direito e espaço de emancipação social. No Brasil, a partir da Lei nº. 11.892, no ano de 2008, foi criada a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT), composta por 38 Institutos Federais, 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), 23 Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais e o Colégio Pedro II, somando 653 unidades que atendem cerca de 1.023.303 estudantes (dados da plataforma Nilo Peçanha, ano base 2019).

Os Institutos Federais são marcados por sua institucionalidade fundamentada nas noções de transversalidade e verticalidade. Entende-se que “a transversalidade auxilia a verticalização curricular ao tomar as dimensões do trabalho, da cultura, da ciência e da tecnologia como vetores na escolha e na organização dos conteúdos, dos métodos, enfim, da ação pedagógica.” (PACHECO, 2011, p. 24). Por sua vez, a verticalização curricular “permite que os docentes atuem em diferentes níveis de ensino e que os discentes compartilhem espaços de aprendizagem, incluindo os laboratórios” (PACHECO, 2011, p. 14).

Para a oferta verticalizada, os Institutos Federais devem se orientar pelos catálogos dos cursos técnicos e tecnológicos que são documentos que orientam as instituições e apresentam as características essenciais para disciplinar a oferta dos cursos oferecidos no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica. O Catálogo Nacional de Cursos Técnicos “é um referencial para subsidiar o planejamento dos

cursos e correspondentes qualificações profissionais e especializações técnicas de nível médio" (BRASIL, 2016, p. 8). O Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, por sua vez,

contribui para qualificar a oferta dos CST e formar profissionais cada vez mais aptos a desenvolver, de forma plena e inovadora, as atividades próprias de cada curso tecnológico, com capacidade para utilizar, desenvolver ou adaptar tecnologias com a compreensão crítica das implicações daí decorrentes e das suas relações com o processo produtivo, o ser humano, o ambiente e a sociedade. (BRASIL, 2016, p. 8)

Para cada curso, são apresentados descritores, dentre os quais destacam-se: o perfil profissional de conclusão, a infraestrutura mínima, o campo de atuação e as possibilidades de prosseguimento de estudos (verticalização). As informações apresentadas constituem importantes fontes para subsidiar uma política de autoavaliação nos Institutos Federais.

As bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) propõem uma conciliação entre trabalho e educação, orientada, portanto, para uma formação humana integral, porque "é pela formação politécnica que se daria a formação intelectual, física e tecnológica" (DANTE et al., 2015, p. 1061). Essa formação está alinhada à premissa que "permita ao aluno trabalhador a apropriação do saber científico-tecnológico e histórico-crítico, de modo a participar do processo produtivo e da vida social e política" (KUENZER, 1989, p. 21).

Aplicado ao contexto dos Institutos Federais, esse entendimento visa recuperar a relação entre conhecimento e prática do trabalho, entre a formação intelectual e trabalho produtivo e, assim, ofertar a formação omnilateral necessária para todos, de modo a participarem em igualdade de condições da discussão dos problemas que afetam toda a sociedade. Assim,

uma formação omnilateral tem como projeto e como pressuposto a possibilidade de que o ser humano nos seus momentos de formação, que as suas experiências formativas possam ajudar tanto a desvelar e revelar potencialidades que cada um possui, quanto potencialidades que possam ser futuramente desenvolvidas. E que permitam ao sujeito compreender a multiplicidade de conhecimentos e de recursos que a humanidade produziu. Então não somente é a concepção de formação omnilateral, mas também é o desenvolvimento das potencialidades múltiplas. (RAMOS, 2014, p. 19-20)

A busca por materializar esta indissociabilidade entre conhecimento profissional e educação geral se materializa nos Institutos Federais, que, também, constituem um cenário propício para o desenvolvimento de outras dimensões da

formação humana integral, como a cultura e a pesquisa. A cultura constituída pelos valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade (BRASIL, 2007) e a pesquisa que “instiga o estudante no sentido da curiosidade em direção ao mundo que o cerca, gera inquietude, para que não sejam incorporados pacotes fechados de visão de mundo, de informações e de saberes, quer sejam do senso comum, escolares ou científicos” (BRASIL, 2007, p. 48). Os Institutos incorporam, ainda, a ideia de tecnologia, como mediação entre ciência (apreensão e desvelamento do real) e produção (intervenção no real) (BRASIL, 2007).

Esses apontamentos acerca da institucionalidade dos Institutos Federais mostram o quão particular é a realidade dessas instituições. Esse cenário proposto pelos IF precisa subsidiar e dialogar com as políticas de Autoavaliação Institucional, a fim de colher todos os benefícios que essa política preconiza.

2.2. AS BASES LEGAIS E TEÓRICAS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A legislação da avaliação institucional está consolidada para a educação superior. Contudo, nos Institutos Federais, esse processo ainda não atingiu sua completude, uma vez que trazem particularidades da sua institucionalidade, que não são contempladas na legislação atual. A “avaliação institucional é, em essência, um processo coletivo de reflexão em um dado contexto, tornando-se um impulso de mudança com contribuições concretas. Esta é a concepção contemporânea do sentido e do papel de uma avaliação institucional” (GATTI, 2014, p. 13.).

Um processo de autoavaliação guiado com propriedade fundamenta-se em alguns princípios, que são apontados por Dias Sobrinho (2011), quais sejam: Totalidade, Integração, Processo, Pedagogia, Orientação Formativa, Qualidade, Flexibilidade, Credibilidade, Comparabilidade, Institucionalidade, Permanência.

Em outras palavras, a avaliação institucional deve ser uma ação sistemática e global conduzida para a compreensão e construção de totalidades integradas, em um processo permanente que nunca se satisfaz. As etapas da autoavaliação não são compostas apenas por aspectos técnicos e científicos, mas também por seu valor formativo, que são os componentes semânticos essenciais da pedagogia (DIAS SOBRINHO, 2011).

Segundo Dias Sobrinho (2011, p. 66),

a orientação formativa tem função instrumental e pró-ativa: o processo de elaboração de conhecimento e de crítica, que constitui a avaliação, também produz, no interior de seu próprio desenvolvimento, a tomada de consciência da necessidade de transformação do processo mesmo de avaliação e de seus agentes, bem como projeta o que é necessário para melhorar a instituição.

A qualidade do processo lança mão dos bancos de dados, de informações, de estatísticas, mas as abordagens quantitativas são parciais e são elas que desencadeiam reflexões de forma mais qualitativa.

Consta-se que “o processo poderá passar por ajustes e acertos que signifiquem correção de rota, aperfeiçoamento ou adaptação que melhor assegurem a qualidade da ação” (DIAS SOBRINHO, 2011, p. 68), mediante a condução por uma equipe que garanta a legitimidade política e ética, além da competência técnica.

Ainda de acordo com Dias Sobrinho (2011, p. 69), “a instituição deve estabelecer as comparações entre os seus objetivos e compromissos e aquilo que consegue realizar, entre o seu passado e o seu presente, entre o que está sendo o aquilo que julga deve ser”. Com foco sobre a instituição, toda ela “deve integrar de modo permanente a reflexão de práticas políticas e administrativas que orientam e dão coerência ao sistema educativo da universidade, combinando a autoavaliação ou avaliação interna com a avaliação externa, os fatores quantitativos e qualitativos, os processos e os resultados e introjetando em sua metodologia a meta-avaliação.” DIAS SOBRINHO, 2011, p. 70).

Dessa maneira, uma cultura de avaliação institucional, incorpora esses princípios em todas as etapas da realização da avaliação institucional,

a meta-avaliação avalia o nível de qualidade com que se desenvolveu o processo de avaliação e a suficiência do sistema de avaliação. Num primeiro nível, determina forças e fraquezas que não foram detectadas pela avaliação primária. Num segundo nível, ratifica ou não os princípios em que se inspira a política avaliativa: a pertinência, a justiça e o caráter participativo da avaliação. (COTERA e MATAMOROS apud PINTO et al., 2016, p. 94)

Esses três princípios complementam os trazidos anteriormente. A justiça, segundo Figueiredo (1997, p. 74), “tem a ver com a maneira como malefícios e benefícios são distribuídos na sociedade e não com a quantidade absoluta”, implica comparação, retrospectiva e como as instituições distribuem direitos e deveres e determinam as vantagens da cooperação social. Ainda, Ramos e Selbach (2012, p. 1277) apontam que outra questão importante refere-se ao fato de que, “quando o

programa já foi concluído, [deve-se examinar] a pertinência do uso futuro da experiência, isto é, se o mesmo tipo de programa deve ser replicado ou não".

Todos esses princípios são condições para a participação de toda comunidade acadêmica na gestão, pois

há dois sentidos de participação articulados entre si. Há participação como meio de conquista da autonomia da escola, professores, dos alunos, constituindo-se como prática formativa, como elemento pedagógico, metodológico e curricular. Há a participação como processo organizacional em que os profissionais e usuários da escola compartilham institucionalmente, certos processos de tomada de decisão. (DALMAS, 2012, p. 64)

A instituição compõe uma cultura organizacional, a qual significa um “conjunto de crenças, valores, opiniões, percepções da realidade em suas diversas expressões, que se manifesta no modo de ser e de fazer da escola” (LUCK, 2011, p. 140). O desenvolvimento da cultura da avaliação implica mexer com todos esses fatores. Assim a cultura da avaliação se dá pelo fortalecimento da autoavaliação, do papel da CPA. Um clima inclusivo para que as ações sejam realizadas. Enfim,

participar de uma avaliação institucional, demanda ter ou construir abertura para aspectos problemáticos, para críticas, aprender/saber lidar com o sucesso e com os percalços, com as facilidades e dificuldades, com a heterogeneidades. Não se pode perder de vista a perspectiva da avaliação como propiciadora de desenvolvimento e de qualificação humana e de processo, na direção de criar um clima e uma progressão institucional favorável a todos e às finalidades da instituição, garantindo também sua continuidade com ética e com contribuições à sociedade, uma vez que se trata de instituições educacionais. (GATTI, 2014, p. 13)

2.3. GESTÃO DEMOCRÁTICA, PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO E AVALIAÇÃO EMANCIPATÓRIA

A proposta desta pesquisa é, também, refletir sobre o papel político da Autoavaliação Institucional como um dos caminhos para consolidar a gestão democrática. Essa forma de coordenar as instituições educacionais inclui as premissas da participação democrática de todos, independente da estrutura hierarquizada das instituições, ou seja, dar voz a todos os segmentos envolvidos para a tomada de decisão. Esse processo envolve que se desenvolva tanto a habilidade de expor ideias quanto o empenho em ouvir, a fim de gerar a discussão. Assim, esse processo consiste em instituir reflexão crítica e encontrar os consensos

para melhor definir os rumos da instituição. As equipes que demandam uma gestão democrática, se bem preparadas, apontam para uma lógica que

envolve as pessoas como sujeitos a partir de sua elaboração, e com presença constante na execução e avaliação, não apenas como indivíduos, mas sujeitos de um processo que os envolve como grupo, visando o desenvolvimento individual e comunitário”. (DALMÁS, 2011, p. 27)

Na prática democrática, os atores tendem a sentir-se mais envolvidos com a instituição. Isso contribui, no caso dos Institutos Federais, para consolidar a visão, a missão e os valores presentes definidos no PDI e que são repensados a cada ciclo de planejamento. O fato de acolher os princípios da democracia na sua organização coaduna-se com os princípios do planejamento participativo, uma vez que, para que isso aconteça, conforme Paro (2008), faz-se necessária a

instalação de uma estrutura político-administrativa adequada à participação nas tomadas de decisão de todos os setores que aí têm presença, em especial seus usuários, eivada de mecanismos institucionais que viabilizem e incentivem: processos eletivos para escolha de dirigentes escolares; conselhos de escola formados pelos vários segmentos da unidade escolar e de efetiva função política de direção de escola, grêmios estudantis, associação de pais, professores e funcionários, como fóruns de constante discussão dos múltiplos interesses, bem como outros recursos institucionais que facilitem o permanente acesso de todos os interessados aos assuntos que dizem respeito à vida da escola. (p. 79-80)

Ao lançar mão dessas condições de trabalho, estrutura e organização política da instituição, substancia-se a autoria e a autonomia em pensar sobre o próprio fazer e em melhorar as práticas de gestão da instituição.

Nesse sentido, a construção de um planejamento participativo no cenário institucional atenta-se por responder três perguntas básicas: “o que se quer alcançar? (UTOPIA); a que distância se está do que se quer alcançar? (DIAGNÓSTICO); o que será feito para diminuir a distância? (PROGRAMAÇÃO)” (DALMÁS, 2011, p. 30). Os apontamentos oriundos de cada uma dessas indagações indica o que elaborar nas fases do planejamento. Isso trata-se de um complexo, como afirma Dalmás (2011), integrado pelo Marco Situacional (MS), Marco Doutrinal (MD) e o Marco Operacional (MO). O MS é descrição da realidade que se vive. O MD “é a parte do planejamento que pretende mostrar aonde se quer chegar”, representa o devir de pessoa, sociedade e educação, é nesse momento que a comunidade acadêmica descreve a utopia. O MO “é a tomada de decisões concretas” (DALMÁS, 2011, p. 31).

Em sentido prático e estratégico, alicerçado em um método científico, o planejamento é construído em quatro etapas:

descobrir os problemas e os desafios da realidade, sobretudo da global; construir um referencial com temas sugeridos pelos desafios; avaliar a prática da entidade à luz daquele referencial; propor uma nova prática para dar conta, em parte pelo menos, dos desafios descobertos. (GANDIN, 2013, p. 22)

A quarta etapa é a avaliação, que consiste em um “elemento essencial no processo do planejamento participativo. Ela engaja e insere a pessoa nele, permitindo confrontar os resultados alcançados e determinar sua continuidade até sua concretização” (DALMÁS, 2011, p. 118). Essa organização constitui um método científico, pois não trata apenas de descrever a realidade, mas de analisar e elaborar propostas no sentido de transformá-la conforme as finalidades da instituição.

As instituições, ao confirmarem esses passos, asseguram sua autonomia, antecipam-se na revisão de suas práticas e na mobilização de ações, delineadas pela avaliação participativa. Leite (2005, p. 42), ao discutir esse conceito afirma que, “neste formato avaliativo, os usuários aprendem a fazer a avaliação junto com os profissionais avaliadores e, por isso, diz-se que a instituição aprende também.” Para isso, a participação deve ser acolhida e potencializada. De acordo com Leite (2005, p. 116), “a sensibilização é uma fase da Avaliação Participativa que corresponderia ao conjunto de, pelo menos, três pontos do diálogo democrático de Barber (1997): a formulação de interesses dos participantes, a persuasão e o estabelecimento de uma agenda política”.

Garantido o compromisso dos atores, é possível delinear o fluxo de avaliação institucional e planejamento participativo, baseados nos princípios da avaliação emancipatória, a qual “caracteriza-se como um processo de descrição, análise e crítica de uma dada realidade, visando transformá-la. Destina-se à avaliação de programas educacionais ou sociais” (SAUL, 2010, p. 65). Esse conceito traz uma ideia de avaliação sistemática, que produz informações objetivas sobre os diagnósticos das necessidades, mas se complementa por uma avaliação qualitativa e avança para uma construção coletiva, com responsabilidades compartilhadas que visam a transformação da realidade.

A opção por uma autoavaliação emancipatória nas instituições educacionais indica que o compromisso principal “é o de fazer com que as pessoas direta ou

indiretamente envolvidas em uma ação educacional escrevam a sua “própria história” e gerem suas próprias alternativas de ação” (SAUL. 2010, p. 65).

O processo constitui importante reconhecimento que, com o trabalho coletivo e participativo, deve conduzir o planejamento e as ações da instituição, enquanto organização escolar. Assim, na perspectiva desse modelo de avaliação, pode-se desenvolver “uma nova cultura, fundada na ética da aceitação da diversidade e da polissemia, da busca do saber articulado e da compreensão global, enfim, de uma pedagogia da integração, que não seja mera negação de conflitos” (DIAS SOBRINHO, 2011, p.63)¹.

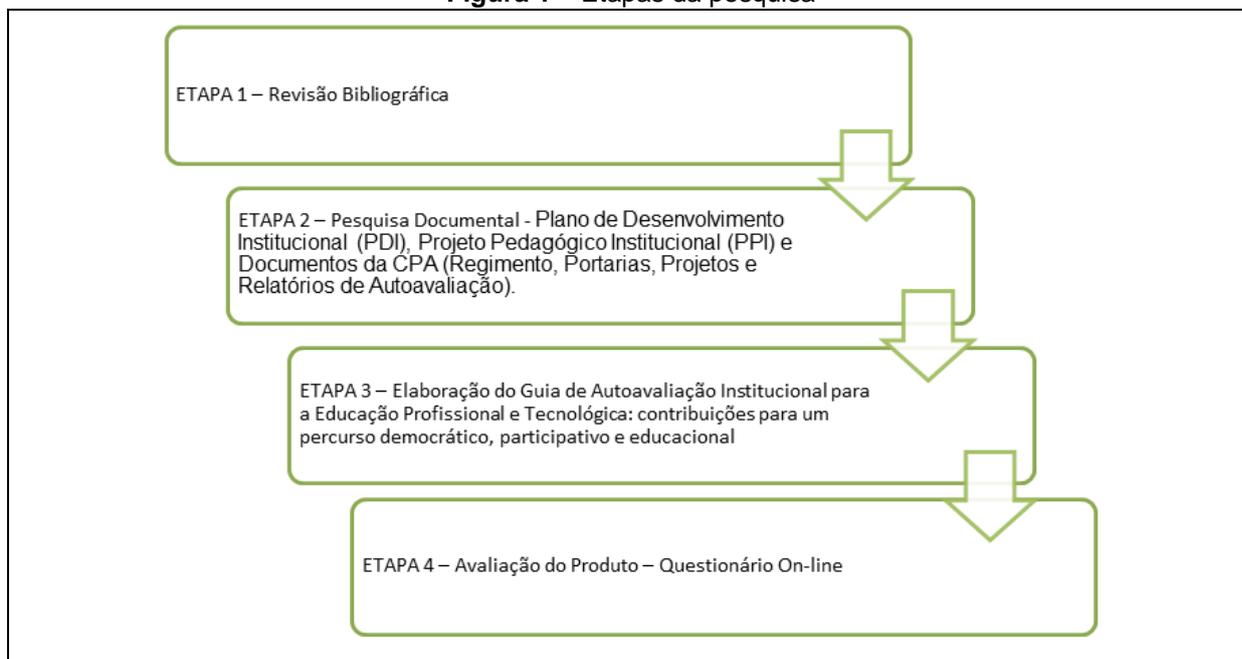
¹ Outros estudos realizados durante a trajetória do mestrado aprofundam as características históricas da avaliação institucional e da gestão democrática. O primeiro trata-se de um capítulo do livro Organização e Memórias da educação profissional e tecnológica: constatações e proposições. VIEIRA, J. A. CASTAMAN, A. S. (org.). “Avaliação Institucional nos Institutos Federais” em coautoria com Clarice Monteiro Escott (orientadora) e Lisiane Bender da Silveira (mestranda PROFEPT). O segundo é intitulado “Contribuições para elaboração de um Guia de Avaliação Institucional,” em coautoria com a orientada. Revista Scientia Tec: Edição Especial Salão de Pós-Graduação. v. 7 n. 1 (2020). Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/ScientiaTec/issue/view/90>.

3 METODOLOGIA

Para desenvolver esta pesquisa, optou-se pela investigação com ênfase qualitativa, já que a abordagem visou “a compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória, etc.” (GOLDENBERG, 2004, p. 14).

Dentre as escolhas possíveis no universo da pesquisa qualitativa, foi considerado mais adequado o desenvolvimento de uma pesquisa participante, uma vez que a autora é servidora e integra o ambiente natural do grupo de gestão do IFSul – Câmpus Gravataí. O interesse desse tipo de pesquisa deu-se por conhecer e estudar um problema da população com a qual a autora está envolvida. Segundo Gil (2002, p. 55), “a pesquisa participante caracteriza-se pela interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas”. A pesquisa participante ajuda a população envolvida a identificar e buscar soluções para os próprios problemas e “mostra-se bastante comprometida com a minimização da relação entre dirigentes e dirigidos” (Idem, p. 56), e em desenvolver processos de transformação da realidade onde será desenvolvida. Segundo Triviños (1987, p. 125), “presta-se melhor a um enfoque dialético, histórico-estrutural”.

Figura 1 – Etapas da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

A pesquisa ocorreu em quatro etapas. Na primeira etapa, foi realizado o levantamento bibliográfico dos trabalhos de pesquisa sobre o tema. Segundo

Severino (2007, p. 122), “a pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses [...]”, consideramos também os documentos encontrados em meios digitais como repositórios, portais e plataformas de disseminação de estudos científicos. Essa jornada ocorreu de maneira contínua durante toda a realização da pesquisa.

Na segunda etapa foi realizada a pesquisa documental, de todos os documentos disponíveis no site do IFSul sobre o trabalho da CPA, incluindo portarias, regulamento e relatórios de autoavaliação. Essa fase tem três missões “a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação de hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final” (BARDIN, 1977, p. 95).

A terceira etapa consistiu na elaboração do Guia a partir dos resultados apontados na pesquisa documental e nos estudos bibliográficos, produzindo uma articulação entre os conceitos de avaliação institucional, planejamento participativo, gestão democrática, a legislação e os princípios e diretrizes da EPT.

Com relação ao produto educacional, houve o cuidado para que ele atendesse aos três eixos orientadores apresentados por Kaplún (2003) para a elaboração de um material educativo. São eles: o eixo conceitual – “normalmente a criação de um material educativo requer dois tipos de pesquisa: uma de tipo temático e outra de tipo diagnóstico. Ou seja, de um lado temos que conhecer a fundo a matéria em questão, os conceitos que a articulam, os mais importantes debates suscitados por ela etc.” (Kaplún, 2003, p. 48); o eixo pedagógico – “através dele que estabelecemos um ponto de partida e um ponto de chegada, em termos de tentativa, para o destinatário do material” (Kaplún, 2003, p. 49); e o eixo comunicacional – “expresso através da criatividade no uso de uso de palavras ou de imagens, jogos de sentido e sentimentos” (Kaplún, 2003, p. 48). Todos os eixos foram desenvolvidos e alinhados com o contexto pedagógico e com os sujeitos envolvidos.

Na quarta etapa para a realização da avaliação do produto, foi organizado um roteiro com questões (Apêndice 2). O quadro 1 foi elaborado como um comparativo entre os objetivos da pesquisa, a organização dos capítulos do Guia e as questões utilizadas para avaliação do produto.

Quadro 1 – Relação Objetivos X Capítulos do Produto Educacional (Guia) X Questões avaliativas

Objetivo	Capítulo do Guia	Questões
1. Analisar a proposta de autoavaliação do IFSul e as repercussões da implantação no Câmpus Gravataí.	Capítulo 1	O Guia apresenta informações relevantes sobre o processo de Avaliação Institucional?
2. Identificar as características necessárias a um processo de autoavaliação institucional participativa alinhada à institucionalidade dos Institutos Federais.	Capítulo 2	O Guia apresenta propostas de ações de avaliação institucional alinhadas às particularidades da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e da institucionalidade dos Institutos Federais?
3. Apreciar os pressupostos do SINAES no contexto dos Institutos Federais.	Capítulo 2	Este produto educacional demonstra relação entre a legislação da avaliação institucional e as diretrizes e concepções da EPT?
4. Analisar as possibilidades de processos que contribuam para a Gestão Democrática no contexto do IFSul.	Capítulo 3	O conteúdo do Guia é capaz de provocar reflexões sobre a importância da participação nos processos de gestão do IFSul?
5 Construir um Guia que subsidie os processos de autoavaliação e planejamento participativo, com vistas a melhorias dos processos institucionais.	Todos os capítulos	<p>Quanto à apresentação gráfica e ao formato, você considera o Guia adequado para a compreensão dos processos de avaliação institucional e planejamento participativo pelos gestores do IFSul?</p> <p>Os textos apresentados se relacionam com as imagens no Guia?</p> <p>Os capítulos do Guia apresentam-se interligados e coerentes?</p> <p>A linguagem utilizada no material é adequada para o público ao qual se destina (gestores e membros da CPA)?</p> <p>O Guia contribui com subsídios para a implantação da avaliação institucional e para o planejamento participativo, com vistas a melhorias dos processos institucionais?</p> <p>O Guia contribui para o processo de aprendizagem de gestores e servidores em relação à avaliação institucional e ao planejamento participativo?</p>
6. Avaliar a proposta do Guia para os processos de autoavaliação institucional e sua relação com a gestão, junto aos gestores e CPA do Câmpus Gravataí.	Formulário on-line	<p>Além de todas questões acima, foram incluídas duas questões abertas:</p> <p>Na sua opinião, qual a pertinência do Guia para a realidade do IFSul?</p> <p>Você teria sugestões para acrescentar ou melhorar o material do Guia?</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

As questões foram então encaminhadas, em um questionário on-line, para os avaliadores (gestores do Câmpus Gravataí, membros da CPA Local, servidores da Diretoria de Desenvolvimento Institucional (DDI/Reitoria) e Pesquisador Institucional (PI)).

Quadro 2 – Relação de Avaliadores de acordo de acordo com sua função

	Avaliadores
Gestores do Câmpus Gravataí	<div style="display: flex; align-items: center;"> <div style="margin-right: 20px;">Diretor-geral</div> <div style="border-left: 1px solid black; padding-left: 10px;"> <ul style="list-style-type: none"> • Chefe do Departamento de Administração e Planejamento • Chefe do Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão • Chefe de Gabinete da Direção Geral </div> <div style="margin-left: 20px; border-left: 1px solid black; padding-left: 10px;"> <ul style="list-style-type: none"> • Coordenadora de Almojarifado e Patrimônio • Coordenador de Manutenção Geral • Coordenador de Tecnologia da Informação • Coordenadora de Apoio ao Ensino • Coordenadora de Estrutura Funcional do Ensino • Coordenador de Pesquisa e Extensão • Coordenador do Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas • Coordenador do Curso Técnico em Informática para Internet </div> </div>
CPA Local	<ul style="list-style-type: none"> • Representante docente
Reitoria IFSul	<ul style="list-style-type: none"> • Servidores da Diretoria de Desenvolvimento Institucional (DDI) (Diretora + 2 servidores) • Pesquisador Institucional (PI)

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

4 ANÁLISE DOS DADOS (RESULTADOS E DISCUSSÕES)

A pesquisa documental, realizada a partir das leituras do PDI e PPI resultou em um breve histórico da construção desses documentos². Também foram identificadas as bases conceituais da EPT presentes nos respectivos documentos. Atualmente, o IFSul tem aprovado o seu quinto PDI com vigência para o período (2020-2024). Confirma-se que o documento está alinhado ao Projeto Pedagógico de Formação Integral (projetos acadêmicos, ensino médio integrado, metodologia de ensino, atividades complementares) da mesma instituição.

O documento aponta que o processo educativo preconizado tem o compromisso com a formação humana, com a produção e difusão de conhecimentos científicos tecnológicos e humanísticos e é destacada como um dos valores do IFSul. Ainda, define que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é dimensão importante para garantir a formação integral/omnilateral dos membros da comunidade acadêmica do IFSul.

Atendendo às especificidades de cada nível e modalidade de ensino, os projetos pedagógicos dos cursos e programas deverão ser construídos e pautados nos seguintes princípios: indissociabilidade entre saber e fazer; formação humanística e ética; trabalho como princípio educativo; problematização e contextualização do ensino; pesquisa como elemento educativo; desenvolvimento de habilidades para o trabalho em equipe; estímulo à capacidade de trabalho de forma autônoma e empreendedora; interdisciplinaridade e flexibilidade curricular. (IFSul, 2020, p. 65)

A partir da análise dos documentos disponíveis da avaliação institucional (relatórios, regimento, portarias, etc.), optou-se por apresentar uma periodização, desde a fundação da instituição. Os períodos foram organizados conforme apresentados no Quadro 2 abaixo:

Quadro 3 – Periodização da Autoavaliação Institucional no IFSul.

Períodos	Características
1º período (até 2004)	Caracterizado pela ausência de autoavaliação.
2º período (2004-2008)	Inicialização do processo, estabelecimento das primeiras Comissões Próprias de Avaliação.

² Ver Guia p.11 e 12

<p>3º período (2009-2013)</p>	<p>Transformação institucional em Instituto Federal e ampliação da avaliação, como ampliação do processo através da composição de CPA em todos os campi com ensino superior, até então obrigatória apenas nos campi com mais de 500 alunos.</p>
<p>4º período (2014 – atual)</p>	<p>Institucionalização da avaliação, quando toda instituição passou a participar da autoavaliação.</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

A partir da análise documental, foi desenvolvido o produto educacional, o Guia de Autoavaliação Institucional: contribuições para um percurso de gestão democrática, participativa e educacional.

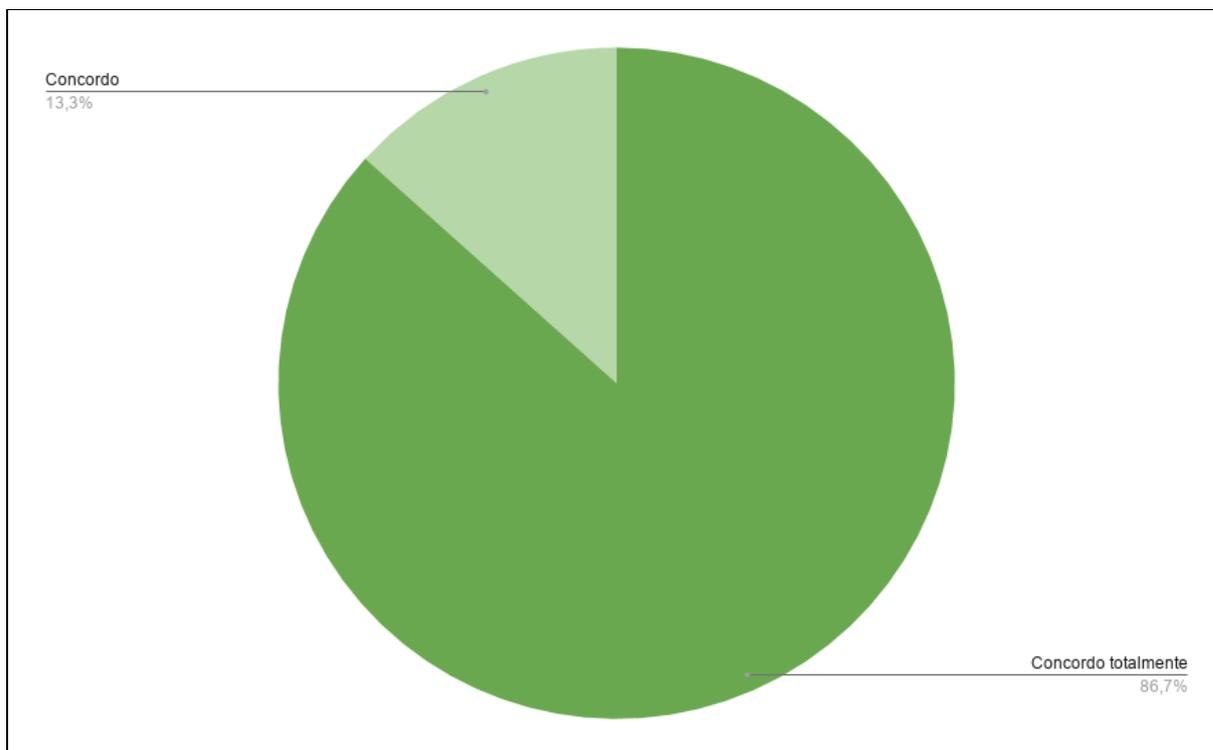
Para examinar se o Guia produz informações que subsidiem o planejamento participativo e que contribuam para melhorar dos processos de gestão³ do IFSul – Câmpus Gravataí, em uma perspectiva democrática e participativa, objetivo geral dessa pesquisa, foi aplicado o questionário on-line (Apêndice 2).

Os sujeitos envolvidos na aplicação do questionário foram: um membro CPA local e 12 (doze) coordenadores (Câmpus Gravataí), 3 (três) servidores da DDI e pesquisador institucional. Todos os questionários enviados para avaliação do produto retornaram, com exceção de dois, enviados a coordenadores que não responderam.

Embora a ênfase da pesquisa tenha sido o contexto do Câmpus Gravataí, como a autoavaliação institucional está articulada ao contexto geral do IFSul, optei por incluir na pesquisa, para avaliação do produto, 3 (três) servidores da Diretoria de Desenvolvimento Institucional (DDI) e o pesquisador institucional, pela experiência com o planejamento e com a autoavaliação institucional, respectivamente.

³ Para a realização da pesquisa, os processos de gestão foram considerados como o planejamento e as ações relacionadas à organização e funcionamento da instituição educativa nos âmbitos do ensino, da pesquisa e da extensão, entendidos como atividades fins, bem como da administração, considerada como atividade meio.

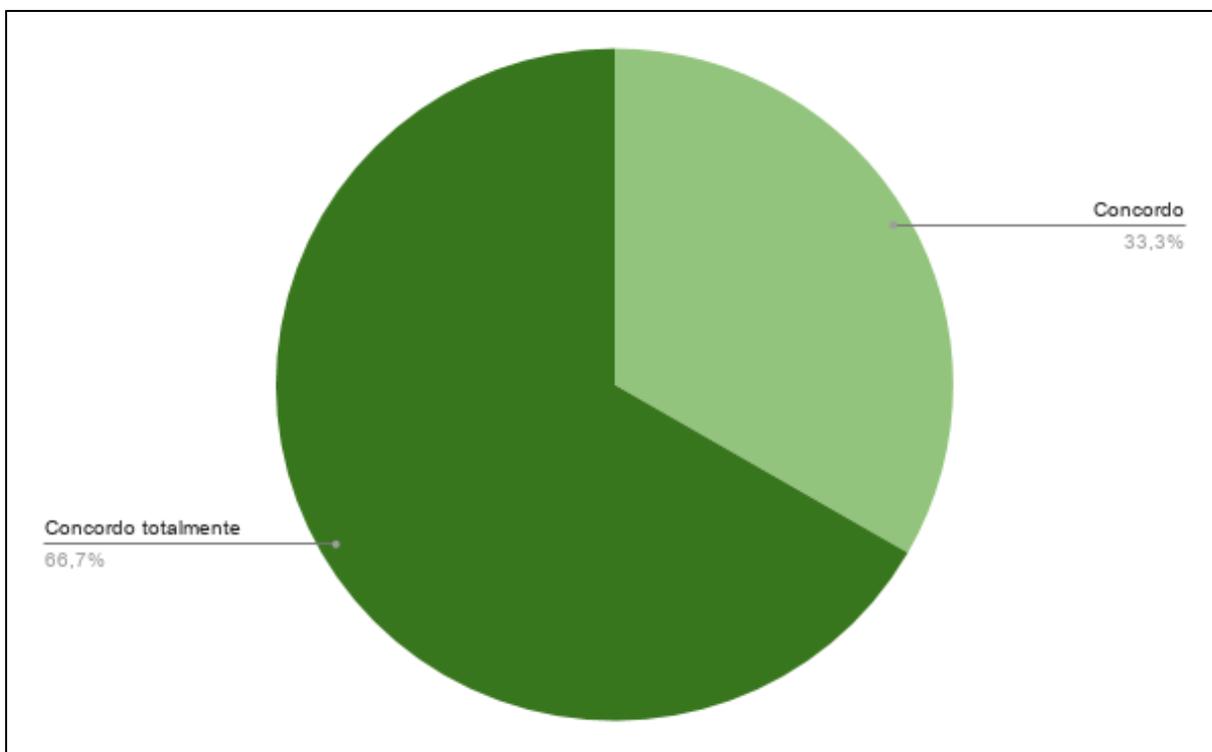
Gráfico 1 – O Guia apresenta informações relevantes sobre o processo de avaliação institucional do IFSul.



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Com relação à análise das respostas decorrentes da avaliação, observa-se, no gráfico 1, quando perguntado se o Guia apresenta informações relevantes para compreender o processo de autoavaliação do IFSul, 86,6% dos avaliadores concorda totalmente e 13,3% concorda. Nesse sentido, o material, de acordo com as posições dos participantes, atende ao objetivo de revelar informações para a análise e problematização da realidade desse processo na Instituição.

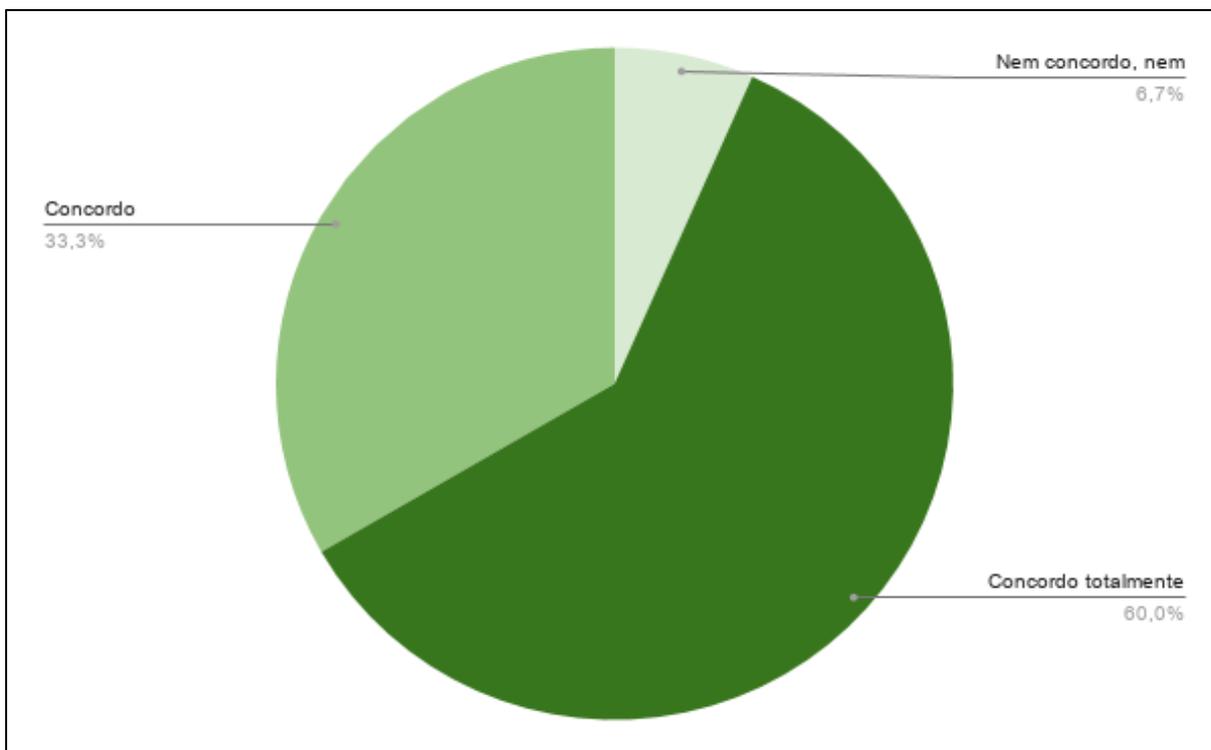
Gráfico 2 – O Guia apresenta propostas de ações de avaliação institucional alinhada com as particularidades da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e da institucionalidade dos Institutos Federais.



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

No que se refere à questão de o Guia apresentar uma proposta de Autoavaliação Institucional alinhada às particularidades da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e da institucionalidade dos Institutos Federais, 66,7% concorda plenamente e 33,3% concorda, conforme exposto no gráfico 2. Aqui se verifica como exitosa a proposta de fazer um material voltado à realidade dos Institutos Federais, amparado teoricamente nos conceitos presentes nas Diretrizes e Concepções da EPT.

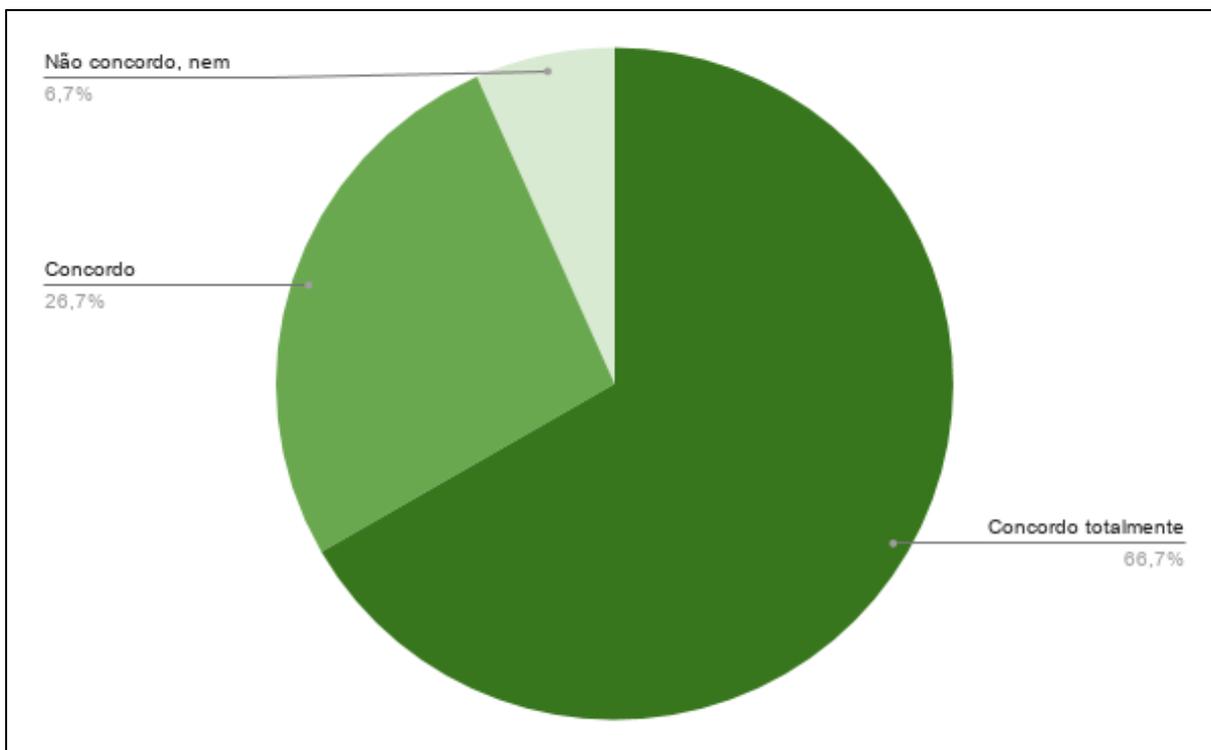
Gráfico 3 – Este produto educacional demonstra relação entre a legislação da avaliação institucional e as diretrizes e concepções da EPT.



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Ao ser questionado se o produto educacional demonstra relação entre a legislação da avaliação institucional e as diretrizes e concepções da EPT, 60% concorda totalmente, 33,3% concorda e 6,7% nem concorda, nem discorda, conforme gráfico 3. Embora os resultados tenham sido satisfatórios, optou-se por ampliar o conteúdo sobre legislação, inserindo uma listagem de todos os dispositivos legais vigentes atualmente no país (ver página 21 do Guia), que, apesar de voltados para a Educação Superior, precisam ser considerados nas propostas que envolvem a autoavaliação institucional.

Gráfico 4 – O conteúdo do Guia é capaz de provocar reflexões sobre a importância da participação nos processos de gestão do IFSul.



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

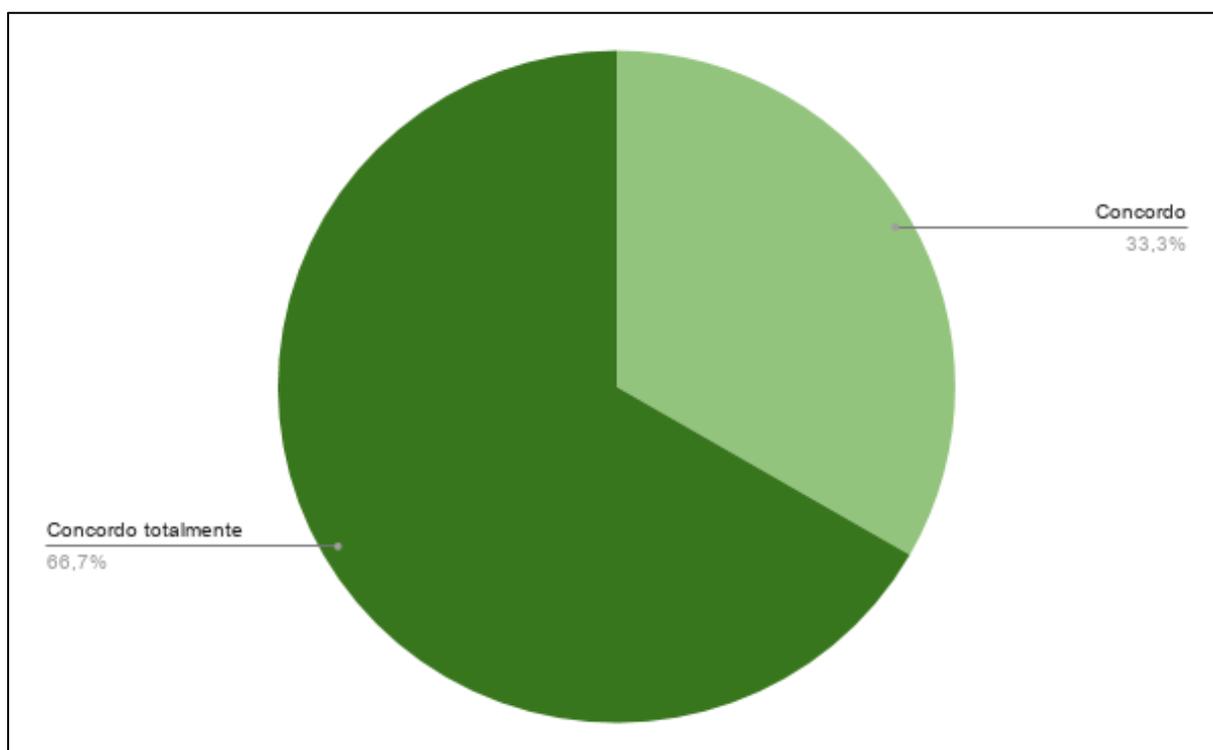
Em relação à questão que investiga se o conteúdo do Guia é capaz de provocar reflexões sobre a importância da participação nos processos de gestão do IFSul (gráfico 4), 66,7% dos avaliadores manifestaram concordar totalmente, 26,7% concordam e apenas 6,7% dizem que não concordam, nem discordam. Em virtude desses resultados, verifica-se que o produto educacional contribui para o aprimoramento da gestão democrática no IFSul. O Guia contribui para a valorização da participação, fundamento de uma instituição muito propícia ao diálogo e à reflexão, ao mesmo tempo que reforça seus pressupostos de autonomia e democracia.

No quadro 3 são apresentados os resultados com relação aos recursos gráficos e textuais utilizados no Guia. Verifica-se que a maioria concorda totalmente ou concorda com todos os aspectos avaliados. Destaca-se que, de acordo com os avaliadores, o material apresenta-se adequado ao público que se destina, assim entende-se que o Guia tem uma configuração gráfica e uma linguagem que favorece o desenvolvimento de habilidades dos atores e poderá ser utilizado na capacitação de servidores e equipes de CPA.

Quadro 4 – Avaliação das aspectos globais do produto educacional

Aspectos	Resultado da Avaliação
Apresentação gráfica e formato	60% Concorda; 40% Concorda totalmente.
Textos relacionam-se com as imagens	60% Concorda totalmente; 26,7% Concorda; 13,3% Nem concorda, nem discorda.
Capítulos interligados e coerentes	60% Concorda totalmente, 33,3% Concorda; 6,7% Nem concorda, nem discorda.
Linguagem adequada ao público a que se destina	53,3% Concorda totalmente; 46,7% Concorda.

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Gráfico 5 – O Guia contribui com subsídios para a implantação da avaliação institucional e para o planejamento participativo, com vistas a melhorias dos processos institucionais.

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

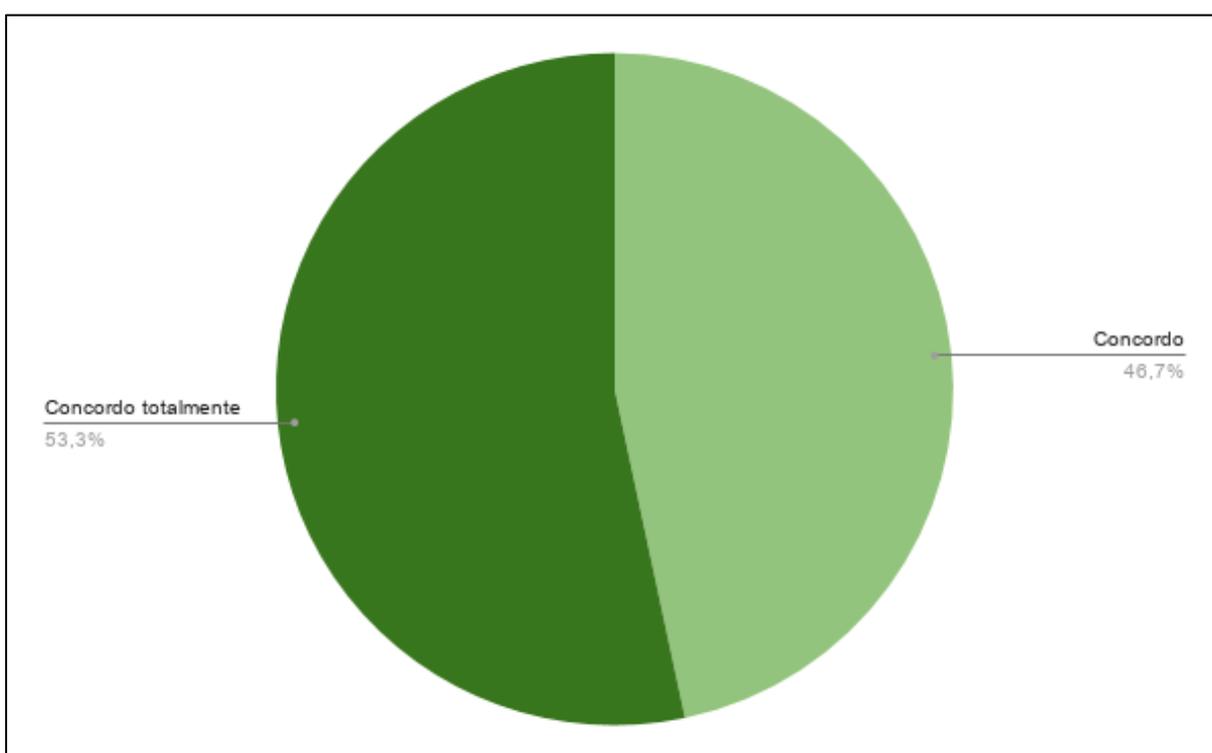
Ainda, constata-se que 66%,7 concorda totalmente e 33,3% concorda que o Guia contribui com subsídios para a implantação da avaliação institucional e para o

planejamento participativo, com vistas a melhorias dos processos institucionais, de acordo com que se apresenta no gráfico 5.

No que diz respeito à contribuição do Guia para o processo de aprendizagem de gestores e servidores em relação à avaliação institucional e o planejamento participativo (gráfico 6), 53,3% concorda totalmente e 46,7% concorda. Esta questão remete à pertinência do Guia para o processo constante de formação e aprendizagem dos gestores. Conforme Libâneo (2008), a organização e gestão do trabalho nas instituições de ensino requerem um constante aperfeiçoamento profissional, político, científico e pedagógico, por isso, acredita-se na importância desse Guia.

Diante do pressuposto que os gestores, na sua atuação prática, devem compreender as particularidades dos Institutos Federais adicionado aos resultados obtidos na pesquisa fica evidenciado que o Guia, ao trazer informações sobre processo da EPT tem um caráter pedagógico e formativo para esses gestores. Isso, conseqüentemente, resulta na melhoria dos processos democráticos institucionais porque eles são responsáveis por criar um ambiente que favoreça a participação, e, conseqüentemente, a Gestão Democrática.

Gráfico 6 – O Guia contribui para o processo de aprendizagem de gestores e servidores em relação à avaliação institucional e ao planejamento participativo.



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Para dispor sobre as opiniões sobre a utilidade do Guia, foi apresentada a seguinte questão: na sua opinião, qual a pertinência do Guia para a realidade do IFSul? Alguns excertos de escritos dos participantes da pesquisa, corroboram a pertinência do Guia, tendo em vista as atuais fragilidades do processo de avaliação institucional do IFSul, como a precariedade com que é realizado o processo e a falta de atenção para um processo de tanta relevância. Nessa óptica, apresenta-se abaixo três declarações que ratificam essas ideias:

De considerável importância, levando em conta que muitos servidores desconhecem a complexidade do processo.

A avaliação institucional no IFSul permaneceu por muitos anos em segundo plano, até recentemente ter uma grande evolução onde todos os cursos passaram a ser avaliados. Dada a dimensão da instituição, esse guia é de grande importância para sistematizar o conhecimento sobre avaliação institucional e contribuirá para a melhoria dos processos avaliativos.

Acho muito pertinente ter um guia para apoiar o processo de avaliação no IFSul, visto que a realidade de avaliação institucional é precária.

Um dos objetivos desta pesquisa foi produzir um material que trouxesse subsídios para preencher uma lacuna da falta de um modelo de avaliação alinhado à EPT. Acredita-se que o Guia caminha no sentido de contribuir para esse objetivo, já que, pelos retornos dos avaliadores, o produto é relevante para a realidade do IFSul, com sua institucionalidade voltada para a EPT. Segundo eles:

No intuito enfatizar se o material está adequado à realidade da institucionalidade do IFSul, verificamos que sim, pelos seguintes posicionamentos em relação ao produto educacional.

O produto apresentado é coerente e fundamentado sendo plausível o seu uso para a realidade do IFSul.

A ferramenta parece ser (muito) útil como forma inicial do processo de avaliação institucional, trazendo o tema para todos usuários do IFSul. O guia tem grande potencial de ser um norteador nesse tema.

O Guia tem pertinência e relevância para o IFSul, pois contribui pra a avaliação institucional de forma participativa e democrática, norteando os processos de organização das avaliações na Educação Profissional e Tecnológica, instrumentos estes vitais para o crescimento institucional.

Ao analisar as posições dos avaliadores em relação às contribuições do Guia para esclarecer aspectos da autoavaliação institucional, constata-se que eles destacam a importância da autoavaliação institucional para ajustes necessários em todas as dimensões institucionais. Reforçam, ainda, que o Guia traz informações de

forma didática e pode contribuir com a formação dos servidores para qualificar o processo de participação.

Muito pertinente, pois o guia auxilia nos processos de compreensão de avaliação institucional para dar subsídios a futuros ajustes que se façam necessários em todas as esferas da instituição.

O processo de Avaliação Institucional, apesar de estar consolidado, poderia ser potencializado mediante a sua sistematização em um documento como este guia.

O guia é pertinente e de suma importância, pois apresenta o processo de avaliação de forma didática, além de esclarecer vários pontos que não são de conhecimento daqueles que não estão diretamente relacionados ao processo de avaliação.

Todas as reflexões de processos no âmbito do IFSul são importantes e necessárias. Acredito que o Guia poderá contribuir para outros olhares perante a avaliação institucional.

O Guia foi construído para pensar a autoavaliação institucional com vistas a auxiliar os processos de gestão democrática. Nesse viés, evidencia-se que o Guia corresponde ao objetivo, porque melhora a compreensão da ligação entre a avaliação e os processos de tomada de decisão e planejamento. As seguintes respostas confirmam que a forma como o Guia foi apresentado cumpre esse objetivo.

A elaboração deste GUIA é muito importante, não só para o IFSul, mas para todas as IFES, pois, qualquer ferramenta que puder ser utilizada no aprimoramento da gestão educacional no Brasil, será muito bem-vindo e bem aproveitado. Parabéns pela iniciativa!

O guia apresenta-se como um importante instrumento para explicitar a dinâmica e a relevância de um processo de avaliação, que deve estar muito próximo dos processos de planejamento e tomada de decisão, de maneira que possibilite a implantação de melhorias efetivas para a instituição a partir da participação de todas as figuras envolvidas e de forma adequada à realidade dos Institutos Federais.

O guia é importante para que os gestores e servidores compreendam melhor os processos de avaliação institucional e seu funcionamento para que possam compreender melhor as diferentes etapas e exigências do processo avaliativo e possam contribuir de forma melhor para este processo.

É adequado para ser apresentado para toda a comunidade escolar, principalmente, para os gestores da instituição (coordenadores, diretores, pró-reitores e reitor) para contribuir no entendimento dos processos de avaliação e autoavaliação institucional.

Contribui para o avanço da avaliação institucional como ferramenta de gestão.

Por fim, foi solicitado aos avaliadores que considerassem possibilidades de melhorias dos conteúdos e configuração dos produtos educacional. Após a análise das sugestões recebidas, foram realizadas modificações. Abaixo, no quadro 4, foram detalhas as recomendações recebidas e as alterações que foram realizadas.

Quadro 5 – Sugestões de alteração após avaliação do produto educacional.

Sugestão dos avaliadores	Alterações realizadas
<p>Quanto ao conteúdo do Guia, senti falta das considerações finais, ou outra forma de "fechamento", a fim de fazer uma conexão com a contextualização da avaliação no IFSul e no Câmpus Gravataí. Também parece que o item 4.2 poderia ser um pouco mais desenvolvido.</p> <p>Poderia ser adicionada a informação de como ocorre o processo de avaliação dentro do IFSul.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Inserido parágrafo sobre o atual processo de Autoavaliação do IFSul e um parágrafo de fechamento: Fluxo e Processos da Autoavaliação do IFSul (p. 31).
<p>Figura 5 – Ficou um pouco confuso o entendimento do fluxo dos processos de avaliação institucional.</p> <p>Revisar o fluxograma da figura 4 (talvez encontre no site do MEC).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Alteração do fluxograma (p. 18), inserindo numeração nos trâmites de cadastro na SERES. • Inclusão de legenda. • Inclusão de descrição de siglas. • Revisado conforme orientação do site do INEP.
<p>Figura 6 – Entendo que deveria colocar no centro da figura "Princípios da Avaliação Institucional incluindo os princípios: a pertinência, a justiça e caráter participativo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Sugestão acolhida com as alterações de Avaliação Institucional para Princípios da Autoavaliação Institucional (p.23). • Inclusão no diagrama e no Glossário (p.32) dos princípios de pertinência, justiça e participação.
<p>Pode ser interessante pensar em "exemplos" de como fazer a conexão dos instrumentos de planejamento como PDI (objetos estratégicos e indicadores) e o PPI para a elaborar a avaliação institucional.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Sugestão atendida com a elaboração do quadro 3 (p. 21).
<p>O guia quer tratar de avaliação ou autoavaliação? Sugiro a alteração do nome Guia de Autoavaliação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Alteração do nome do produto (de Guia de Avaliação para Guia de Autoavaliação...) – capa

Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Em síntese, a análise dos dados obtidos no questionário sinaliza que o atual processo de Autoavaliação Institucional apresenta uma série de lacunas, resultado da pouca valorização do processo na instituição. Por outro lado, revela que o produto educacional traz conteúdos, informações e considerações relevantes para aperfeiçoar tanto a organização do processo de autoavaliação quanto a sua utilidade para aperfeiçoar os processos de gestão democrática.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa, realizada de forma qualitativa e participante, partiu do pressuposto de que a Autoavaliação Institucional, apesar de constituir um importante instrumento para melhoria dos processos institucionais, é uma etapa que precisa vir acompanhada de outras ações que garantam a concretização como referência para o planejamento e a tomada de decisão da gestão.

Pelos resultados da pesquisa, percebe-se que o processo de autoavaliação e a utilização dos dados dela emanados precisam estar mais consolidados nas instituições de ensino superior, visto que a legislação prevê a sua obrigatoriedade. Contudo, faz-se necessária a criação de um modelo para realizar a Autoavaliação Institucional adequado aos Institutos Federais, em especial para atender aos múltiplos níveis que compõem a organização dessas instituições.

Nesse sentido, a investigação documental verificou que a Autoavaliação Institucional no IFSul, embora consolidada, apresenta algumas fragilidades como: cultura organizacional insipiente em relação ao processo coordenado pela CPA e o pouco uso efetivo dos seus resultados nos processos institucionais (gestão e planejamento). Além disso, percebeu-se que há uma necessidade de conscientização e formação dos gestores no sentido de valorizar esse processo.

Com base em referenciais teóricos, discutiu-se, nesta pesquisa e no produto educacional, os princípios que norteiam a avaliação institucional e a Educação Profissional e Tecnológica. Além desses, foram analisados os conceitos principais relacionados à gestão democrática, planejamento participativo, avaliação participativa e avaliação emancipatória, estudos que fornecem as bases para a (re)criação do programa de autoavaliação para o IFSul.

Quanto à colaboração do Guia para os processos de Gestão do IFSul, as opiniões dos avaliadores demonstraram que é um material capaz de complementar a aprendizagem de gestores e servidores envolvidos com a Autoavaliação Institucional. Para os avaliadores, o Guia provoca importantes reflexões quanto ao direcionamento das informações produzidas para o planejamento. A Instituição, em articulação com todos os atores que acompanham a avaliação, pode pensar um movimento efetivo que objetive ações de formação de uma cultura organizacional da avaliação.

A pesquisa esteve direcionada à coleta de informações e referências, com a intenção de fortalecer a Autoavaliação Institucional articulando ações de planejamento no contexto de uma instituição de EPT. Com os resultados obtidos, foi elaborada uma proposta de fluxos, que é representada no capítulo 4 do Guia. O modelo indicado é composto de cinco momentos principais, sendo elas: Planejamento, Autoavaliação Institucional, Crítica à Realidade, Criação Coletiva e Nova Programação. As concepções e diretrizes da EPT (verticalidade/ensino médio integrado, trabalho como princípio educativo, formação integral, indissociabilidade Ensino, Pesquisa e Extensão, pesquisa como princípio pedagógico, ciência, tecnologia e cultura) orientam esses momentos e foram apresentados em sua relação com a legislação, com as etapas e princípios da autoavaliação, bem como com a cultura da avaliativa na instituição.

Nesse processo de análise documental e revisão teórica, destaca-se a construção do Quadro 2 do Produto Educacional, que estabelece a relação entre os eixos do SINAES e as concepções e diretrizes da EPT. Tais relações, antes não existentes na literatura, podem trazer significativa contribuição para a autoavaliação institucional do IFSul e dos IF em geral, uma vez que permitem integrar o olhar específico para EPT, sem desconsiderar as dimensões e os critérios de qualidade definidos pelo SINAES para a educação superior. Constituem, portanto, um caminho para a autoavaliação na perspectiva da verticalização da oferta que marca a institucionalidade dos IF.

Com relação ao momento Autoavaliação Institucional, o modelo propõe um refinamento do processo, subdividindo-o em cinco etapas, sendo elas: 1. criação da política e preparação da autoavaliação; 2. implementação e procedimentos técnicos para realização da autoavaliação; 3. divulgação dos resultados (pela CPA); 4. uso dos resultados; e, por último, 5. meta-avaliação, que é a avaliação do próprio processo quando o ciclo se finaliza.

Com base nos resultados obtidos na pesquisa e nos conteúdos propositivos do Guia de Autoavaliação Institucional, acredita-se que este trabalho produziu informações qualificadas que poderão contribuir com qualidade dos processos de gestão do IFSul – Câmpus Gravataí.

Por fim, acredita-se que esta pesquisa trouxe aprendizados tanto nas esferas pessoal e profissional, quanto na institucional. Embora a autora já tivesse nove anos de experiência como servidora do Instituto Federal, o desenvolvimento desta

pesquisa, no curso de mestrado, trouxe outro nível de compreensão da importância da Educação Profissional e Tecnológica para a transformação da realidade social do país. Institucionalmente, a pesquisa provocou um interessante movimento de valorização à Autoavaliação para a melhoria dos processos e do ensino oferecido. Atualmente, a autora atua como presidente da CPA do IFSul e acredita que a pesquisa deu subsídios para conduzir esse desafio da melhor forma possível. Além disso, o curso trouxe um aporte considerável de subsídios teóricos para a continuidade dos estudos no doutorado.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BRASIL. **Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES – e dá outras Providências. Brasília (DF), 2004.
- BRASIL. Educação Profissional Técnica de Nível Médio – Documento Base. Brasília (DF): MEC/SETEC, 2007.
- BRASIL. **Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília (DF), 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. Brasília, 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia**. Brasília, 2016.
- DALMÁS, Ângelo. **Planejamento participativa na escola: elaboração, acompanhamento e avaliação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- MOURA, Dante Henrique; LIMA FILHO, Domingos Leite; SILVA, Mônica Ribeiro. Politécnica e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 63, p. 1057-1080, 2015.
- DIAS SOBRINHO, José. BALZAN, Newton César. **Avaliação Institucional: teorias e experiências**. São Paulo: Cortez, 2011.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Princípios de justiça e avaliação de políticas. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 39, p. 73-103, 1997.
- GANDIN, Danilo. **Soluções de Planejamento para uma Prática Estratégica e Participativa**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- GATTI, Bernardete. Sistemas de Avaliação Institucional: sistematização, interpretação e avaliação de informações. In: ARANA, Alba Regina Azevedo Arana. **Os desafios da avaliação institucional: o papel da CPA**. Curitiba, PR: CRV, 2014.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- IFSUL. Instituto Federal Sul-rio-grandense. **Comissão Própria de Avaliação. Relatório de Auto-Avaliação Institucional 2019**. Disponível em

http://portal2.ifsul.edu.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=778&Itemid=100. Acesso em 10 jun. 2019.

IFSUL. Instituto Federal Sul-rio-grandense. Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2019. Pelotas (RS), 2014.

IFSUL. Instituto Federal Sul-rio-grandense. Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024. Pelotas (RS), 2020.

KAPLÚN, Gabriel. Material educativo: a experiência de aprendizado. **Comunicação & Educação**, n. 27, p. 46-60, 2003.

KUENZER, Acácia Zeneida. O trabalho como princípio educativo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 68, p. 21-28, fev. 1989. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1118/1123>. Acesso em: 10 nov. 2018.

LEITE, Denise. **Reformas Universitárias: avaliação institucional participativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

LIBÂNIO, José Carlos. **Organização e Gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: MF Livros, 2008.

LUCK, Heloísa. **Gestão da Cultura e do clima organizacional da escola**. Petrópolis: Vozes, 2011.

LÜCK, Heloísa; FREITAS, Kátia Siqueira; GIRLING, Robert; KEITH, Sherry. **A escola participativa: o trabalho do Gestor Escolar**. Petrópolis: Vozes, 2011.
Nível Médio: Documento Base. Brasília: MEC/SETEC, 2007.

PACHECO, Eliezer. **Institutos Federais: Uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. São Paulo: Moderna, 2011. Disponível em: <https://www.moderna.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A7A83CB34572A4A01345BC3D5404120>. Acesso em: 03 abr. 2019.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2008.

PINTO, Rodrigo S. et al. Meta-avaliação: uma década do Processo de Avaliação Institucional do SINAES. **Avaliação**, Campinas/Sorocaba, v. 21, n. 1, p. 89-108, mar. 2016.

RAMOS, Marília Patta; SCHABBACH, Letícia Maria. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. **Revista de administração pública**, v. 46, n. 5, p. 1271-1294, 2012.

RAMOS, Marise Nogueira. Ensino Médio Integrado: da conceituação à operacionalização. **Cadernos de Pesquisa em Educação**, Vitória, v. 19, n. 39, p. 15-29. jan.-jun. 2014. Disponível em:

<http://www.periodicos.ufes.br/educacao/article/download/10243/7029>. Acesso em: 18 ago. 2019.

SAUL, Ana Maria. **Avaliação Emancipatória**: desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação do currículo. São Paulo: Cortez, 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL

O produto educacional é fruto de pesquisa desenvolvida no Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional – PROFEPT, intitulada "Autoavaliação Institucional: Contribuições para os Processos de Gestão do Ensino Técnico e Tecnológico", e está vinculada à Linha de Pesquisa Organização e Memórias dos Espaços Pedagógicos.

Nesta pesquisa optou-se pelo desenvolvimento de um material textual e comunicacional denominado Guia de Autoavaliação Institucional para a Educação Profissional e Tecnológica: contribuições para um percurso democrático, participativo e educacional. Nesse Guia são abordados conteúdos referentes à Avaliação Institucional, gestão democrática e planejamento, trazendo uma contextualização desses conceitos no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

O design do produto foi elaborado a partir de uma compilação de diversos modelos disponíveis no site *canva.com*. O material, com 34 páginas, está organizado em quatro capítulos. Abaixo são apresentados alguns aspectos centrais de cada um deles.

Figura 2 – Capa do Produto Educacional



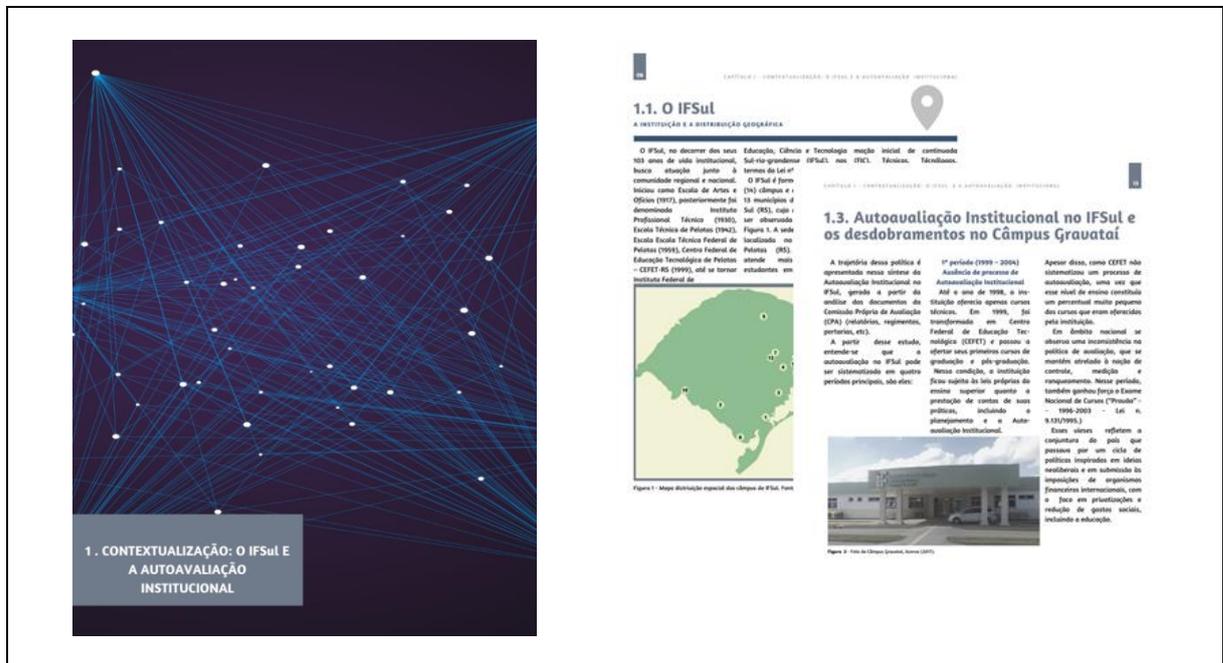
Fonte: Fagundes e Escott (2020).

Procurou-se elaborar um material que tivesse uma orientação formativa e contribuísse para o aprendizado das equipes de CPA e dos gestores das instituições de Educação Profissional e Tecnológica.

Para fins didáticos, os capítulos são divididos por temáticas e ilustrados em cores diferentes, com o propósito de facilitar a consulta e a compreensão dos conteúdos.

No capítulo 1 (azul claro), a ideia foi contextualizar a Instituição *lócus* da pesquisa (IFSul). Para isso, apresenta-se uma perspectiva histórica, uma representação espacial e as particularidades dos documentos institucionais que se interligam diretamente com o processo de Avaliação Institucional, sendo eles o PDI, o PPI, os Relatórios de Avaliação Institucional, dentre outros documentos (portarias, regimentos, projetos, etc.). Abaixo, na figura 2, são apresentadas algumas capturas de imagens do material (p. 7, 8 e 13), de forma a demonstrar a configuração desse capítulo.

Figura 3 – Captura de imagens do Capítulo 1: Guia de Autoavaliação Institucional: Contribuições para um Percurso Democrático, Participativo e Educacional.



Fonte: Fagundes e Escott (2020).

No capítulo 2 (de cor vinho/rosa), apresentam-se as bases legais e conceituais da Avaliação Institucional, assunto que é foco principal deste produto educacional. Devido a essa relevância, optou-se pela criação de imagens (diagramas) que representassem visualmente toda a complexidade conceitual, como um facilitador do itinerário pedagógico. Aliado a isto, houve uma preocupação de alinhar as imagens diretamente relacionadas aos textos e conceitos apresentados.

Em destaque na figura 3, apresentam-se três ilustrações da articulação entre a autoavaliação e a EPT. Buscou-se representar na primeira como as concepções e diretrizes da EPT devem ser transversais às premissas da Autoavaliação

Institucional (Guia – Figura 04, p.16). Outra imagem criada foi a representação dos Princípios da Autoavaliação Institucional (Guia – Figura 05, p. 23).

Nesse capítulo, outro item que corrobora a pertinência deste produto no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica é o quadro (p. 20) que mostra as interlocuções das bases da EPT com os eixos/dimensões da legislação vigente (SINAES). Esse quadro explora alguns questionamentos, alinhando os eixos/dimensões e conceitos como: trabalho como princípio educativo, politecnia, formação integral e integrada, pesquisa, ciência, tecnologia e cultura. Como nem sempre esses conceitos são de domínio dos servidores e dos estudantes, foram apresentados de forma sintética na página 17, sendo são retomados ao longo do Guia, tendo em vista que devem estar sempre presentes quando se pensa uma autoavaliação para a EPT.

Ainda nesse capítulo, o quadro nº 3 (p. 21) constitui uma proposta de conexão entre os Instrumentos de Planejamento e Autoavaliação Institucional e como eles se inter-relacionam com as bases conceituais da EPT. Para isso, apresenta-se os fundamentos que devem subsidiar essa relação, bem como os parâmetros extraídos do PDI e do PPI para definir os indicadores a serem avaliados.

Figura 4 – Captura de imagens do Capítulo 2: Guia de Autoavaliação Institucional: Contribuições para um Percurso Democrático, Participativo e Educacional.



Fonte: Fagundes e Escott (2020).

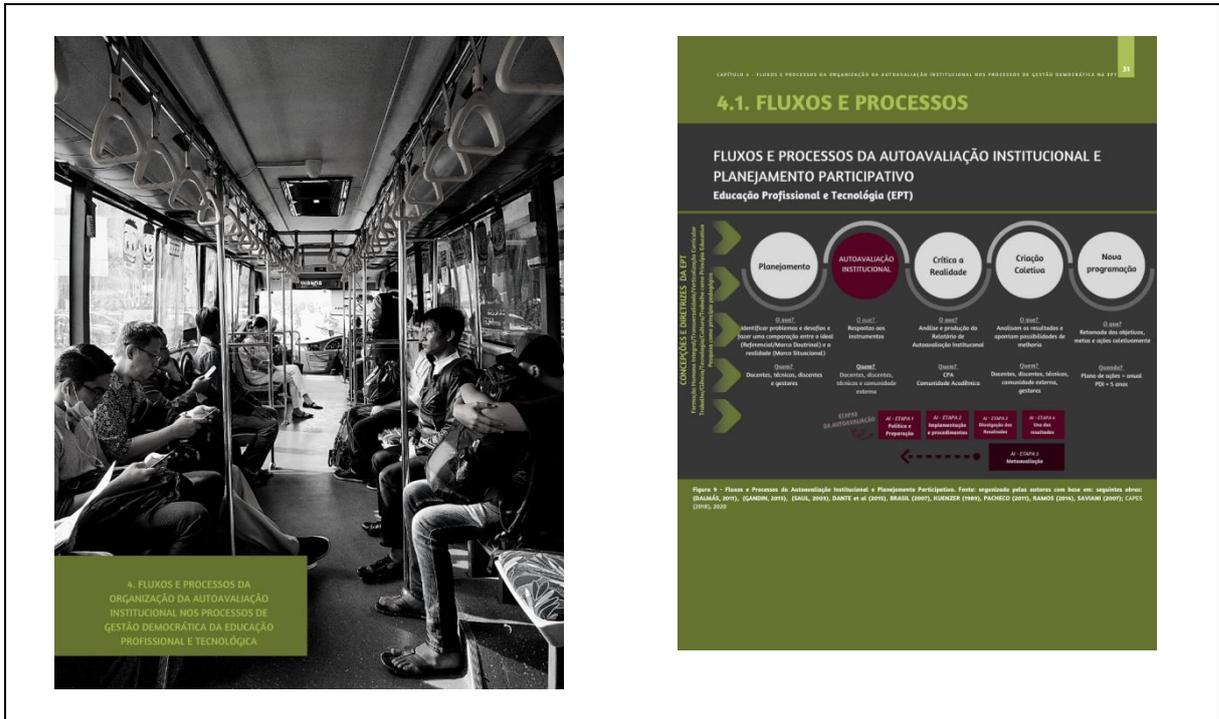
O texto do capítulo 3 (azul médio) traz breve reflexão com os principais conceitos pertinentes ao processo de gestão democrática, participação e planejamento participativo. Este capítulo apresenta os Princípios da Gestão Democrática (Guia – Figura 07) e foi produzido a partir das seguintes bases teóricas: LEITE (2005), LUCK (2010), LIBÂNEO (2008), PARA (2008), DALMAS (2011) e GANDIN (2013). A seguir, na Figura 4, apresentam-se algumas imagens desse capítulo.

Figura 5 – Captura de imagens do Capítulo 3: Guia de Autoavaliação Institucional: Contribuições para um Percurso Democrático, Participativo e Educacional.



Fonte: Fagundes e Escott (2020).

Figura 6 – Captura de imagens do Capítulo 4: Guia de Autoavaliação Institucional: Contribuições para um Percurso Democrático, Participativo e Educacional.



Fonte: Fagundes e Escott (2020).

O capítulo 4 (cor verde musgo) sintetiza e apresenta uma proposta de Fluxo da Autoavaliação Institucional e o Planejamento Participativo alinhado à institucionalidade dos Institutos Federais (Guia – Figura 09, p. 31), criado a partir dos resultados da pesquisa, colocando a Autoavaliação Institucional em um papel de destaque para interligar o planejamento e as outras etapas até nova programação. Essa proposta tem origem na pesquisa bibliográfica e busca privilegiar a inter-relação entre as duas abordagens teórico-práticas: a Avaliação Institucional e o Planejamento Participativo. Cabe destacar que se trata de um fluxo que articula, interdisciplinarmente, dois conceitos que, teoricamente, se apresentam dissociados. O fluxo e os processos propostos na Figura 5 ainda inserem a sua contextualização em relação aos princípios da EPT em geral e do IFSul em particular.

O produto foi encaminhado para avaliação, via formulário on-line, para os gestores no Câmpus Gravataí (Direção-geral, Chefes de Departamento e Coordenadores), membro CPA, servidores da Diretoria de Desenvolvimento Institucional (Reitoria) e para o Pesquisador Institucional, mas tem como finalidade chamar a atenção e provocar o debate para uma reorganização da autoavaliação institucional no IFSUL. O material foi enviado para 17 avaliadores e recebeu 15 respostas.

Pretendemos com o guia contribuir para a reflexão e a ação das equipes de CPA e dos gestores nos processos de qualificar suas ações relacionadas a Avaliação Institucional do IFSul – Câmpus Gravataí e de outros Institutos Federais.

Abaixo, apresentamos o produto completo.

PROFEPT - IFRS - IFSul



**GUIA DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA (EPT)**

**CONTRIBUIÇÕES PARA UM PERCURSO DEMOCRÁTICO,
PARTICIPATIVO E EDUCACIONAL**

**FABIANA CENTENO FAGUNDES
CLARICE MONTEIRO ESCOTT**

AUTORA

Fabiana Centeno Fagundes

fabianacenteno@ifsul.edu.br

COAUTORA E ORIENTADORA

Clarice Monteiro Escott

clarice.escott@poa.ifrs.edu.br

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fabiana Centeno Fagundes

REVISÃO ORTOGRÁFICA E GRAMATICAL

Denise Teresinha Grziwotz Scienza

Registro MEC: LP - 90321

Produto educacional elaborado como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo Programa de Pós-Graduação – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica.

PORTO ALEGRE

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F156g Fagundes, Fabiana Centeno.
 Guia de Autoavaliação Institucional para a Educação Profissional e Tecnológica: contribuições para um percurso democrático, participativo e educacional; Fabiana Centeno Fagundes; coautora: Clarice Monteiro Escott.

ISBN: 978-65-5950-010-9
 Recurso Digital: Formato [ebook]

Produto Educacional (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Porto Alegre. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT. Porto Alegre, 2020. Coautora: Profª Drª. Clarice Monteiro Escott.

1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. Autoavaliação Institucional. 3. Gestão participativa. 4. Gestão democrática. I. Escott, Clarice Monteiro. II. Título

CDU: 377

Bibliotecário responsável: Filipe Xerxeski da Silveira – CRB-10/1497

LISTA DE FIGURAS, QUADROS E GRÁFICOS

FIGURAS

Figura 1 - Mapa da Distribuição espacial dos câmpus do IFSul	08
Figura 2- Foto do Câmpus Gravataí.....	13
Figura 3- Periodização da Autoavaliação Institucional no IFSul	08
Figura 4- Diagrama Autoavaliação Institucional e as Concepções de Princípios da Educação Profissional	16
Figura 5 - Fluxograma da Autoavaliação Institucional	18
Figura 6 - Princípios da Autoavaliação Institucional	24
Figura 7 - Princípios da Gestão Democrática	27
Figura 8- Etapas do Planejamento Participativo	29
Figura 9 - Fluxos e Processos da Autoavaliação Institucional e Planejamento Participativo	31

QUADROS

Quadro 1 - Previsão de Cursos Novos - Câmpus Gravataí (PDI 2021 - 2024)	12
Quadro 2 - Eixos SINAES e as Concepções e Princípios da EPT	20
Quadro 3 - Conexão entre instrumentos de planejamento e Autoavaliação na EPT.....	21

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Motivos para a Escolha do Curso Técnico em Informática para Internet (Integrado).....	09
Gráfico 2 - Perfil dos estudantes, por sexo.	09
Gráfico 3 - Autodeclaração de Cor.	10
Gráfico 4 - Tipo de Escola que cursou o Ensino Fundamental	10
Gráfico 5 - Renda Per Capita Familiar	10
Gráfico 6 - Atividades Extraclasse.	10

LISTA DE ABREVIATURAS

- CAPES - COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR**
- CEFET – CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA**
- CNE – CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**
- CONSUP – CONSELHO SUPERIOR**
- CPA – COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO**
- EAD – ENSINO A DISTÂNCIA**
- ENADE – EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DE ESTUDANTES**
- EPT – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**
- FIC – FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA**
- IES – INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR**
- IFSuL – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense**
- INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA**
- LDB - LEI DE DIRETRIZES E BASES**
- PDI – PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**
- PIB – PRODUTO INTERNO BRUTO**
- PPI – PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL**
- SERES – SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**
- SINAES – SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO..... 6

1. CONTEXTUALIZAÇÃO: O IFSUL E A AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....7

1.1. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul)..... 08
1.1.1. Câmpus Gravataí - Perfil dos cursos e dos alunos . 09
1.2. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI e Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do IFSul 11
1.3. Autoavaliação Institucional no IFSul e os desdobramentos no Câmpus Gravataí..... 13

2. ORGANIZAÇÃO DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT)..... 15

2.1. Autoavaliação Institucional e as Concepções e Princípios da EPT 16
2.2. Legislação 18
2.3. Eixos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e a EPT 20
2.4. Conexão entre os Instrumentos de Planejamento e de Autoavaliação Institucional na EPT 21
2.5. Etapas da Organização da Autoavaliação Institucional.....22
2.6. Meta-avaliação 23
2.7. Princípios da Autoavaliação Institucional 24
2.8. Cultura da Autoavaliação Institucional 25

3. AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA PRÁTICA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E DO PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO..... 26

3.1. Gestão Participativa e Democrática 27
3.2. Participação 28
3.3. Planejamento Participativo 29

4. FLUXOS E PROCESSOS DE ORGANIZAÇÃO DA AUTOAVALIAÇÃO NA EPT..... 30

4.1. Fluxos e dos Processos da Autoavaliação Institucional e Planejamento Participativo 31
4.2. Planejamento das ações de superação 32

GLOSSÁRIO..... 34

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 35

APRESENTAÇÃO

"A função fundamental da instituição educativa é a formação, entendida aqui como um processo social. O enfrentamento desta questão passa necessariamente pela avaliação global da instituição" (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 188).

Expandir a cultura da autoavaliação institucional é um movimento complexo e demanda atenção por parte da equipe organizadora a fim de identificar o que é essencial entre múltiplas possibilidades que constituem a *globalidade* da instituição. Também, exige responsabilização dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica e a disponibilidade por parte dos gestores em se valerem dos resultados para definir suas políticas e planos de ações.

Este Guia traz uma compilação das bases teóricas e dos princípios norteadores da Autoavaliação Institucional e está organizado em quatro capítulos: o primeiro capítulo é o da **Contextualização: IFSul e a Autoavaliação Institucional**, instituição onde foi desenvolvida a pesquisa, nesse capítulo há uma síntese dos documentos institucionais o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), um histórico da Autoavaliação Institucional e seus desdobramentos no Câmpus Gravataí, bem como perfil dos estudantes e dos cursos.

No Capítulo 2, **Organização da Autoavaliação Institucional no Contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT)** são reveladas como as bases conceituais que embasam essa

modalidade educacional e como se articulam com a Legislação, as etapas, os princípios e o estabelecimento de uma cultura de autoavaliação.

No Capítulo 3, consta **A Autoavaliação Institucional na prática da gestão Democrática e o Planejamento Participativo** diante da institucionalidade dos Institutos Federais.

Por fim, é apresentada a proposta de **Fluxos e Processos da Organização da Autoavaliação na Educação Profissional e Tecnológica**

Destaca-se que este Guia é fruto de Pesquisa desenvolvida no Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional - PROFEPT, intitulada "Autoavaliação Institucional: Contribuições para os Processos de Gestão do Ensino Técnico e Tecnológico", e está vinculada a Linha de Pesquisa Organização e Memórias dos Espaços Pedagógicos. Espera-se que as informações aqui contidas colaborem com todos os atores e, principalmente, gestores, na consolidação do protagonismo da autoavaliação como prática social orientada a produzir efeitos pedagógicos e políticos para uma gestão democrática em Instituições Federais de Ensino.



**1 . CONTEXTUALIZAÇÃO: O IFSul E
A AUTOAVALIAÇÃO
INSTITUCIONAL**



1.1. O IFSul

A INSTITUIÇÃO E A DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

O IFSul, no decorrer dos seus 103 anos de vida institucional, busca atuação junto à comunidade regional e nacional. Iniciou como Escola de Artes e Ofícios (1917), posteriormente foi denominada Instituto Profissional Técnico (1930), Escola Técnica de Pelotas (1942), Escola Escola Técnica Federal de Pelotas (1959), Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas – CEFET-RS (1999), até se tornar Instituto Federal de

Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), nos termos da Lei nº 11.892/2008.

O IFSul é formado por quatorze (14) câmpus (figura 1) e está presente em 13 municípios do Rio Grande do Sul (RS), cuja distribuição pode ser observada no Mapa da Figura 1. A sede da Reitoria está localizada no município de Pelotas (RS). A Instituição atende mais de 24.000 estudantes em cursos

de formação inicial de continuada (FIC), Técnicos, Técnicos, Bacharelados, Licenciaturas, Especialização, Mestrado e obteve primeiro Programa de Doutorado aprovado pela CAPES em 2020, que está em processo de implantação.

A construção desse Guia foi direcionada ao Câmpus Gravataí, no entanto, aplica-se a realidade de outros câmpus do IFSul bem como em outros Institutos Federais.



Figura 1 - Mapa distribuição espacial dos câmpus do IFSul. Fonte: <http://ifsul.edu.br/mapa>, acessado em 07/07/2020

1.1.1 Câmpus Gravataí: Perfil dos Cursos e Estudantes

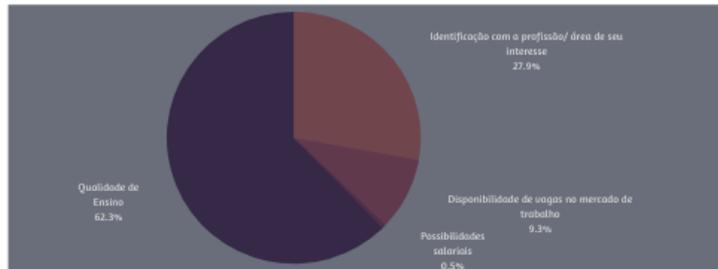


Gráfico 1 - Motivos para a Escolha do Curso Técnico em Informática para Internet (Integrado).

Fonte: Perfil socioeconômico do estudante ingressante do Curso Técnico Integrado em Informática para Internet, câmpus Gravataí, 2018.

O Câmpus Gravataí, está localizado na Região Metropolitana de Porto Alegre (RS). O município de Gravataí tem pouco mais de 250 mil habitantes e 91% da população vivendo em área urbana. Com o 4º maior PIB do estado, é um dos maiores polos industriais do estado do Rio Grande do Sul, além de ter um significativo setor de comércio e serviços.

Alinhado com o perfil do município, atualmente o Câmpus Gravataí tem seus cursos voltados para a área de Informação e Comunicação (Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia). Em parceria com o Câmpus Sapucaia do Sul é oferecido o Curso de Especialização em Educação Física Escolar.

Em 2020, foram ofertados regularmente o Curso de Técnico em Informática para Internet (Integrado) e o Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Tecnologia).

O perfil do aluno se articula com a Autoavaliação Institucional na construção de um diagnóstico mais completo da realidade institucional. É uma maneira de apresentar a realidade social, cultural e econômica, bem como as características dos mesmos.

Ao investigar a escolha do curso integrado, verificou-se que mais da metade dos estudantes indicou que foi a qualidade do ensino o motivo principal para a decisão. A maioria dos estudantes tem entre 14 e 17 anos, são solteiros (98,73%), não possuem filhos, moram com os pais (97,47%).

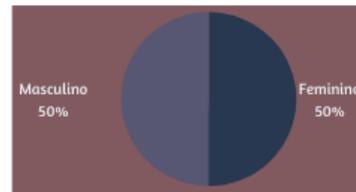


Gráfico 2 - Perfil dos estudantes, por sexo.

Fonte: Perfil socioeconômico do estudante ingressante do Curso Técnico Integrado em Informática para Internet, câmpus Gravataí, 2018.

Os estudantes do câmpus estão em número igual quanto ao sexo (50% feminino e 50% masculino).

Assim, sua identidade como última etapa da educação básica dever ser definida mediante um projeto que, conquanto seja unitário em seus princípios e objetos, desenvolva possibilidades formativas que contemplem as múltiplas necessidades socioculturais e econômicas dos sujeitos que o constituem – adolescentes, jovens e adultos, reconhecendo-os não como cidadãos e trabalhadores de um futuro indefinido, mas como sujeitos de direitos no momento em que cursam o ensino médio. (RAMOS, 2010, P.48)

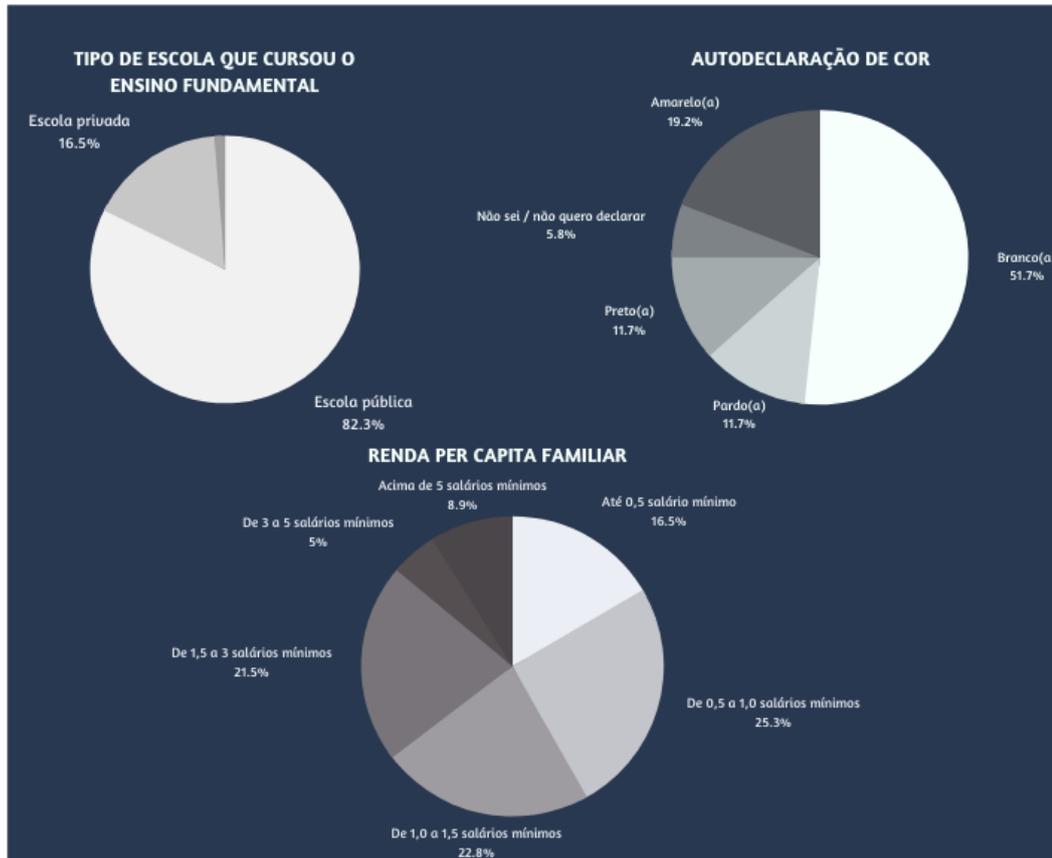


Gráfico 3 - Autodeclaração de Cor. Gráfico 4 - Tipo de Escola que Curso o Ensino Fundamental - Gráfico 5 - Renda Per Capita Familiar. Fonte: Perfil socioeconômico do estudante ingressante do Curso Técnico Integrado em Informática para Internet, câmpus Gravataí, 2018.

Com relação a cor 62,79% se consideram brancos, 7,9% pretos ou pardos e 2,33% amarelos. A maioria concluiu o Ensino Fundamental em Escola Pública (82,28%). No gráfico 6, verifica-se que nenhum estudante tem oportunidade de trabalhar com ciência, sociedade comunitária e movimento estudantil nas atividades extraclasse.

Considerando que os ingressantes do integrado compõem a maior parte dos estudantes do câmpus, destaca-se a importância de construir uma Autoavaliação Institucional que contemple, também, as necessidades desse nível de ensino.

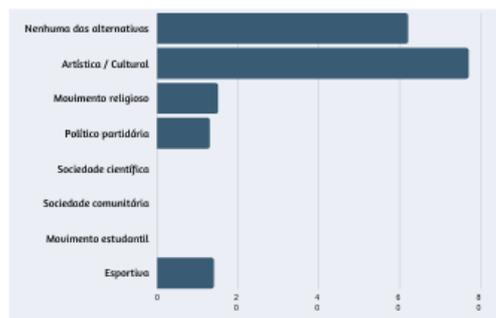


Gráfico 6 - Atividades Extraclasse. Fonte: Perfil socioeconômico do estudante ingressante do Curso de Técnico Integrado em Informática para Internet, câmpus Gravataí, 2018.

Observação: Os levantamentos apresentados mostram apenas o perfil de estudantes ingressantes no curso integrado, porque a primeira turma de Tecnologia de Análise e Desenvolvimento de Sistemas é 2020-1, e do curso de Especialização em Educação Física Escolar é 2019-2, não sendo possível realizar esse processo até a conclusão desse material.



1.2. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do IFSul

A avaliação e o acompanhamento fazem parte do ciclo de desenvolvimento institucional, que se inicia com a elaboração do PDI. Esse documento é uma exigência para as instituições de ensino superior, atualmente orientada pelo Decreto N° 9.235/2017, que visa indicar para a comunidade os itinerários orientadores para a sua rotina acadêmica e de aspectos que se desejam alcançar em períodos plurianuais. O PDI atual (2020-2024) resulta, então, de uma construção histórica do IFSul:

1º PDI (2005): exigido pelo Decreto N°5.225/2004;

2º PDI (2007): mesmo o documento anterior estando no período de vigência, esse documento foi reconstruído em 2007, para se alinhar com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI);

3º PDI (2009-2014): construído após a publicação a Lei 11.892/2008, que criou os Institutos Federais;

4º PDI (2014-2019): a construção desse documento partiu de uma avaliação do anterior. Apesar disso, "Autoavaliação Institucional, em

atendimento à exigência legal, era aplicada somente ao Ensino Superior de Graduação. Por ter foco somente na comunidade acadêmica envolvida nesse nível de ensino, resultava em uma visão parcial da Instituição, o que dificultava a sua articulação com o Planejamento Institucional"(IFSul, PDI 2014-2019 P.15). A Autoavaliação de toda Instituição somente foi implementada a partir de 2014, processo que será detalhado no próximo capítulo.

5º PDI (2020-2024): O plano de trabalho de elaboração do PDI 2020-2014 foi aprovado pelo CONSUP por meio da Resolução n° 118/2018.

Foi determinado que o planejamento estratégico 2020-2024 do IFSul será baseado no método Balanced Scorecard (BSC), tendo em vista que as terminologias utilizadas no PDI anterior se aproximavam desse método. Essa metodologia tem sido aplicada extensamente por instituições públicas e apresenta uma tradução confiável da missão, da visão, dos valores e da estratégia traduzidos em objetivos, medidas de desempenho e metas" (ENAP, 2017).

PDI

(Plano de Desenvolvimento Institucional)
Documento construído coletivamente que guia o desenvolvimento institucional.



RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO

Documento elaborado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) que apresenta anualmente a evolução dos processos institucionais



O trabalho de elaboração do planejamento estratégico do IFSul para o PDI 2020-2024 se concentrou nas seguintes fases: 1ª fase – Desenvolvimento da estratégia e 2ª fase – Planejamento da estratégia” (IFSul, PDI 2020-2024, p.34).

O PDI apresenta as finalidades e objetivos e diretrizes institucionais, bem como as políticas de atendimento a discentes, gestão de pessoas, infraestrutura e organização administrativa, sustentabilidade financeira, planejamento de oferta de vagas e cursos.

Compõe o documento, também, o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e a Organização Didática-Pedagógica.

O PPI apresenta Currículo, Avaliação, Políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão, assim como a relação entre essas dimensões, além da previsão de participação discente nos órgãos colegiados.

A Organização Didático-Pedagógica aponta as orientações sobre o Perfil de Egressas e Egressos, seleção de conteúdos, princípios metodológicos, e outras questões específicas da organização do cotidiano acadêmico.

PREVISÃO NOVOS CURSOS - CÂMPUS GRAVATAÍ	2021	2022	2023	2024
Comunicação Visual Integrado	X			
Logística - PROEJA	X			
Eixo de Informação e Comunicação Integrado (a definir)			X	

Quadro 01 - Previsão de Cursos Novos. 2021 - 2024.
Fonte: IFSul, PDI 2020-2024, 2020 p.86-88.

O acompanhamento e a avaliação formal são processos estreitamente relacionados do PDI e acontecem em um método padronizado a ser repetido anualmente. Esse processo é complementado pela Autoavaliação Institucional, coordenada pela CPA, que “tem como fim auxiliar o IFSul na melhoria da qualidade dos processos educativos de ensino, pesquisa e extensão, tendo como foco a sua missão institucional”. ” (IFSul, PDI 2020-2024 P.150).

As Concepções e Diretrizes da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) estão evidenciadas no atual PDI, uma vez as forças trazidas pela comunidade acadêmica é o Projeto Pedagógico de Formação Integral (projetos acadêmicos, ensino médio integrado, metodologia de ensino, atividades complementares). Essa formação tem o compromisso com a formação humana, com a produção e difusão de conhecimentos científicos,

tecnológicos e humanísticos e é destacada como um dos valores do IFSul. O documento marca que a **indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão** são dimensões importantes para garantir a **formação integral/omnilateral** dos membros da comunidade acadêmica do IFSul.

Os projetos pedagógicos dos cursos e programas deverão ser construídos pautados nos seguintes princípios: **indissociabilidade entre saber e fazer; formação humanística e ética; trabalho como princípio educativo; problematização e contextualização do ensino; pesquisa como elemento educativo; desenvolvimento de habilidades para o trabalho em equipe; estímulo à capacidade de trabalho de forma autônoma e empreendedora; interdisciplinaridade e flexibilidade curricular.** ” (IFSul, PDI 2020-2024, p.65)

1.3. Autoavaliação Institucional no IFSul e os desdobramentos no Câmpus Gravataí

A trajetória dessa política é apresentada nessa síntese da Autoavaliação Institucional no IFSul, gerada a partir da análise dos documentos da Comissão Própria de Avaliação (CPA) (relatórios, regimentos, portarias, etc).

A partir desse estudo, entende-se que a autoavaliação no IFSul pode ser sistematizado em quatro períodos principais, são eles:

1º período (até 2004) Ausência de processo de Autoavaliação Institucional

Da sua fundação até o ano de 1998, a instituição oferecia apenas cursos técnicos. Em 1999, foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) e passou a ofertar seus primeiros cursos de graduação e pós-graduação.

Nessa condição, a instituição ficou sujeita às leis próprias do ensino superior quanto a prestação de contas de suas práticas, incluindo o planejamento e a Autoavaliação Institucional.

Apesar disso, como CEFET não sistematizou um processo de autoavaliação, uma vez que esse nível de ensino constituía um percentual muito pequeno dos cursos que eram oferecidos pela instituição.

Em âmbito nacional se observa uma inconsistência na política de avaliação, que se mantém atrelado à noção de controle, medição e ranqueamento. Nesse período, também ganhou força o Exame Nacional de Cursos (“Prouão” - 1996-2003 - Lei n. 9.131/1995.)

Esses vieses refletem a conjuntura do país que passava por um ciclo de políticas inspiradas em ideias neoliberais e em submissão às imposições de organismos financeiros internacionais, com o foco em privatizações e redução de gastos sociais, incluindo a educação.



Figura 2 - Foto do Câmpus Gravataí, Aceruo (2017).

Autoavaliação no IFSul

2º período (2004-2008) Inicialização.

Nesse período eram avaliados apenas os cursos de graduação em duas unidades (Sapucaia do Sul e Pelotas). Ao mesmo tempo que cresce o número de cursos de Nível Médio, que continuam sem participar da autoavaliação.

No que se refere às políticas nacionais, em contraposição às concepções neoliberais do período anterior, diversas medidas de valorização da educação, incluindo bolsas, valorização dos profissionais foram implementados. Na Educação Profissional e Tecnológica e o fortalecimento da oferta um grupo de apoio a CPA central nos câmpus.

3º período (2009-2013) Transformação institucional e ampliação da Autoavaliação

Nesse período adveio a transição para Instituto Federal. A autoavaliação era realizada a partir de dados col-

coletados por meio de questionários aplicados aos docentes, técnicos-administrativos e discentes dos três Câmpus da Instituição que possuíam Cursos de Educação Superior: Pelotas, Sapucaia do Sul e Passo Fundo, bem como por meio de entrevistas dirigidas aos gestores da IES.

Em 2011, são instituídas comissões locais em todos os câmpus com ensino superior, que, até então, era obrigatório apenas para câmpus com mais de 500 alunos.

4º período (2014-Atual) Institucionalização da Autoavaliação

Em 2014 todos os cursos são incluídos na avaliação, sendo um importante passo para a consolidação do processo em nível institucional.

Nos anos de 2015 e 2016 foram publicados os relatórios anuais em um novo formato, que começaram a ser temporalmente mais específicos.

O relatório de Gestão não foi mais utilizado, o que deixou relatório mais resumido.

No ano de 2017 é designada a primeira CPA do Câmpus Gravataí. Nesse mesmo ano, o Câmpus Gravataí produz seu primeiro relatório de Autoavaliação Institucional, mesmo tendo em sua organização apenas cursos técnicos.

Ainda nesse ano as 10 dimensões do SINAES são reorganizadas em 5 Eixos que atualmente ainda orientam a Autoavaliação Institucional da Instituição.

**EM 2014, TODOS OS
CURSOS DA INSTITUIÇÃO
PASSAM A SER
AUTOVALIADOS**

Percorrendo os períodos citados, percebe-se que se está em um processo de fortalecimento da avaliação institucional no IFSul, mas que ainda se tem alguns passos para garantir sua consolidação.



Figura 3 - Periodização da Autoavaliação Institucional no IFSul. Fonte: Elaborado pelas autoras (2020).



**2. ORGANIZAÇÃO DA
AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL**

2.1. Autoavaliação Institucional e as Concepções e Princípios da EPT

Como visto na análise do PDI e da Autoavaliação Institucional do IFSul, apresentada no Capítulo 1, há a necessidade de fortalecimento da articulação desses processos dentro da Instituição. Além disso, as políticas de Autoavaliação Institucional vigente no país estão voltadas para a educação superior e a pós-graduação, o que acaba não contribuindo para o estabelecimento da cultura dessa modalidade de avaliação dentro do contexto dos Institutos Federais.

Os Institutos Federais têm marcas e características próprias com seus diferentes tipos de oferta e arquitetura curricular, disparidade de trajetórias e experiências do alunado, pluralidade de contextos sociais, especificidades locais de produção/ identidade local, densidade tecnológica distinta dos setores da economia e articulação com o projeto de transformação social. Desenvolver uma política para essas instituições deve levar em conta as premissas da Autoavaliação Institucional e as principais Concepções e Princípios da Educação Profissional e Tecnológica (figura 4), definida a partir das bases teóricas que fundamen-

tam os Institutos Federais. Além disso, deve considerar o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos que "é um referencial para subsidiar o planejamento dos cursos e correspondentes qualificações profissionais e especializações técnicas de nível médio" (BRASIL, 2016, p. 8). Ainda atende aos que está previsto nos descritores do Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, este documento "contribui para qualificar a oferta dos CST e formar profissionais cada vez mais aptos a desenvolver, de forma plena e inovadora, as atividades próprias de cada curso tecnológico, com capacidade para utilizar, desenvolver ou adaptar tecnolo-

gias com a compreensão crítica das implicações daí decorrentes e das suas relações com o processo produtivo, o ser humano, o ambiente e a sociedade" (BRASIL, 2016, p. 8). Uma política de autoavaliação específica para a EPT, portanto, pode contribuir para a garantia da institucionalidade e da autonomia.

Para Libâneo (2008, p.141), "a autonomia é o fundamento da concepção democrático-participativa da gestão escolar, razão de ser do projeto pedagógico-curricular. Ela é definida como faculdade das pessoas de se auto-governarem, de decidirem sobre seu próprio destino"

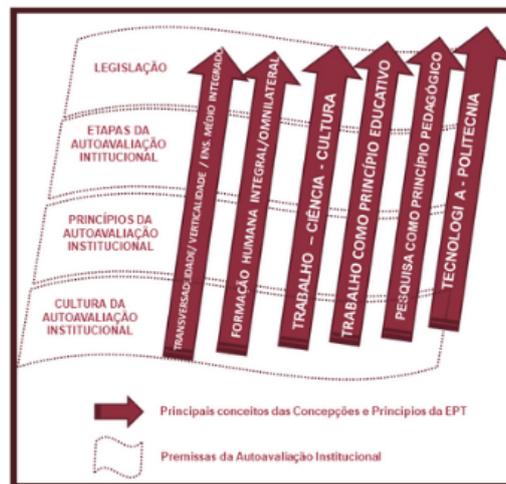


Figura 4 - Diagrama Autoavaliação Institucional e as Concepções de Princípios da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Fonte: Elaborado pelas autoras (2020).

CONCEPÇÕES E DIRETRIZES DA EPT

Na Educação Profissional e Tecnológica, considera-se que o desenvolvimento de políticas/programas de Autoavaliação Institucional, devem estar comprometido com as concepções e princípios da EPT inter-relacionados com a legislação, as etapas de organização do processo, os princípios e da cultura da Autoavaliação Institucional, conforme representado no Diagrama (Figura 03).

FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL

"O Ensino Médio Integrado, etapa final da educação básica, na perspectiva de uma sociedade justa, é uma formação omnilateral, integral ou politécnica, que leve a emancipação dos sujeitos envolvidos nessa formação. Tem o papel de recuperar a relação entre o conhecimento científico e a prática do trabalho."

(SAVIANI, 2007)



TRANSVERSALIDADE

"A transversalidade auxilia a verticalização curricular ao tomar as dimensões do trabalho, da cultura, da ciência e da tecnologia como vetores na escolha e na organização dos conteúdos, dos métodos, enfim, da ação pedagógica." (PACHECO, 2011, p. 24).

VERTICALIZAÇÃO CURRICULAR

"A organização pedagógica verticalizada, que pode ir do curso FIC ao doutorado, permite que docentes e discentes compartilhem espaços de aprendizagem, que permitam a construção itinerários de formação."

(PACHECO, 2011)

TRABALHO

"A educação profissional e tecnológica tem por objetivo formar para o mundo do trabalho, sendo, então, o trabalho o conceito que permeia todos o processo educativo."

(SAVIANI, 2007)

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

"Podemos definir a tecnologia, então, como mediação entre ciência (apreensão e desvelamento do real) e produção (intervenção no real) (BRASIL, 2007, p. 44)".



CULTURA

"É a outra dimensão da vida indispensável para uma formação integral, que são os valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade."

(BRASIL, 2007)

TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO

"Orienta uma educação que reconhece a capacidade de todo o ser humano de desenvolver-se de maneira produtiva, científica e cultural, no seu processo de formação"(RAMOS, In ARAÚJO; SILVA, 2017, p. 26).



PESQUISA COMO PRINCÍPIO PEDAGÓGICO

"Ela instiga o estudante no sentido da curiosidade em direção ao mundo que o cerca, gera inquietude, para que não sejam incorporados pacotes fechados de visão de mundo, de informações e de saberes, quer sejam do senso comum, escolares ou científicos" (BRASIL, 2007. p.48).

2.2. Legislação

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases - prevê que a União deve assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, com o objetivo de definir prioridade e melhorias da qualidade de ensino.

Atualmente, em relação a Educação Superior, o processo de avaliação é regulado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que Instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES.

A Portaria Normativa Nº 23, de 21 de dezembro 2017 determina o fluxo dos processos de credenciamento e reconhecimento de instituições de educação superior - IES e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, conforme apresentado no Fluxograma de Autoavaliação Institucional (figura 5) para a solicitação de autorização ou reconhecimento, é indispensável que o curso conste no PDI atualizado.

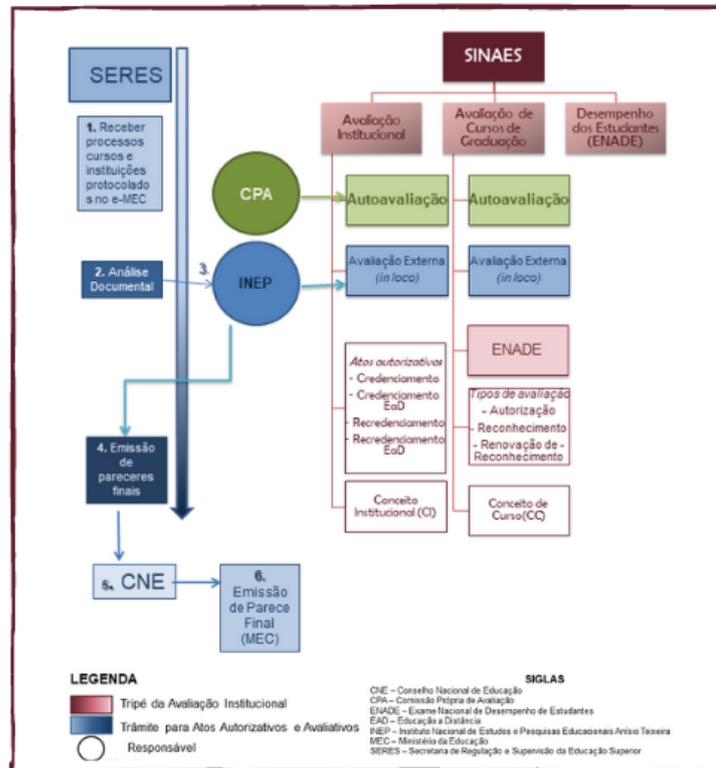


Figura 5 - Fluxograma da Autoavaliação Institucional. Fonte: Elaborado a partir do SINAES pelas autoras (2020)

Os processos são protocolados junto à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, no Sistema e-MEC.

Na sequência, o processo segue para apreciação da SERES, que fará a análise documental, após seguirá ao INEP, para a organização das Avaliações Externas (*in loco*). Após, o processo volta para a SERES para a emissão do parecer final com validade até o ciclo avaliativo seguinte.

Os pedidos de segue para Conselho Nacional (CNE), se aprovado e para a Homologação e emissão de portaria do CNE, assinada pelo Ministro da Educação.

Observação: Os cursos de pós-graduação *latu sensu*, nos termos dessa Portaria e do Decreto nº 9.235, de 2017, independem de autorização do MEC para funcionamento, devendo a instituição informar à SERES, por meio do Sistema e-MEC, os cursos criados por atos próprios, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do ato de criação do curso.

SINAES

O SINAES é composto por uma série de instrumentos complementares para avaliar a qualidade dos cursos oferecidos pelas Instituições de Ensino Superior (IES). São eles: Avaliação Institucional (externa) feita pela SERES e pelo INEP e Autoavaliação Institucional (interna) realizada pela CPA, a Avaliação dos cursos de Graduação e o Exame de Desempenho dos Estudantes (ENADE), que juntos compõem o tripé da avaliação.

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Avaliação Institucional é subdividida em Autoavaliação e Avaliação Externa, ambas visam avaliar a qualidade dos cursos de graduação. Estes processos não se opõem, pelo contrário, se complementam.

Existem quatro tipos de atos autorizativos:

- Credenciamento;
- Credenciamento EAD;
- Recredenciamento e
- Recredenciamento EAD.

AVALIAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO

Periodicamente, os cursos de graduação são avaliados por meio de instrumentos que incluem visitas de comissões externas e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE).

De acordo com o INEP há três tipos de avaliação de curso:

- Autorização (cursos novos de instituições privadas);
- Reconhecimento e
- Renovação de conhecimento.

AUTOAVALIAÇÃO

O processo de autoavaliação é conduzido pela CPA. Esta comissão deve contar com a composição de todos os segmentos da comunidade acadêmica.

Na estrutura administrativa, as CPA's têm prerrogativa de autonomia, uma vez que são entendidas como órgãos de representação acadêmica e não de administração da instituição.

DESEMPENHO DOS ESTUDANTES

Para verificar o desempenho dos estudantes é aplicado ENADE aos concluintes dos cursos de graduação que é caráter obrigatório.

A definição das áreas participantes é estabelecida anualmente, por procedimentos amostrais, e a periodicidade máxima da avaliação é trienal para cada área do conhecimento.

AVALIAÇÃO EXTERNA

A Avaliação Externa, por sua vez, busca identificar as fragilidades e potencialidades das Instituições. O processo começa pela análise do PDI, da missão, objetivos e valores institucionais. A partir desses resultados, as IES devem traçar planos de melhoria para garantir o crescimento e qualidade do ensino oferecido.

Esta avaliação é de responsabilidade do INEP, que organiza as visitas in loco das comissões e providencia os pareceres que são enviados a SERES.

2.3. Eixos dos Sinaes e EPT

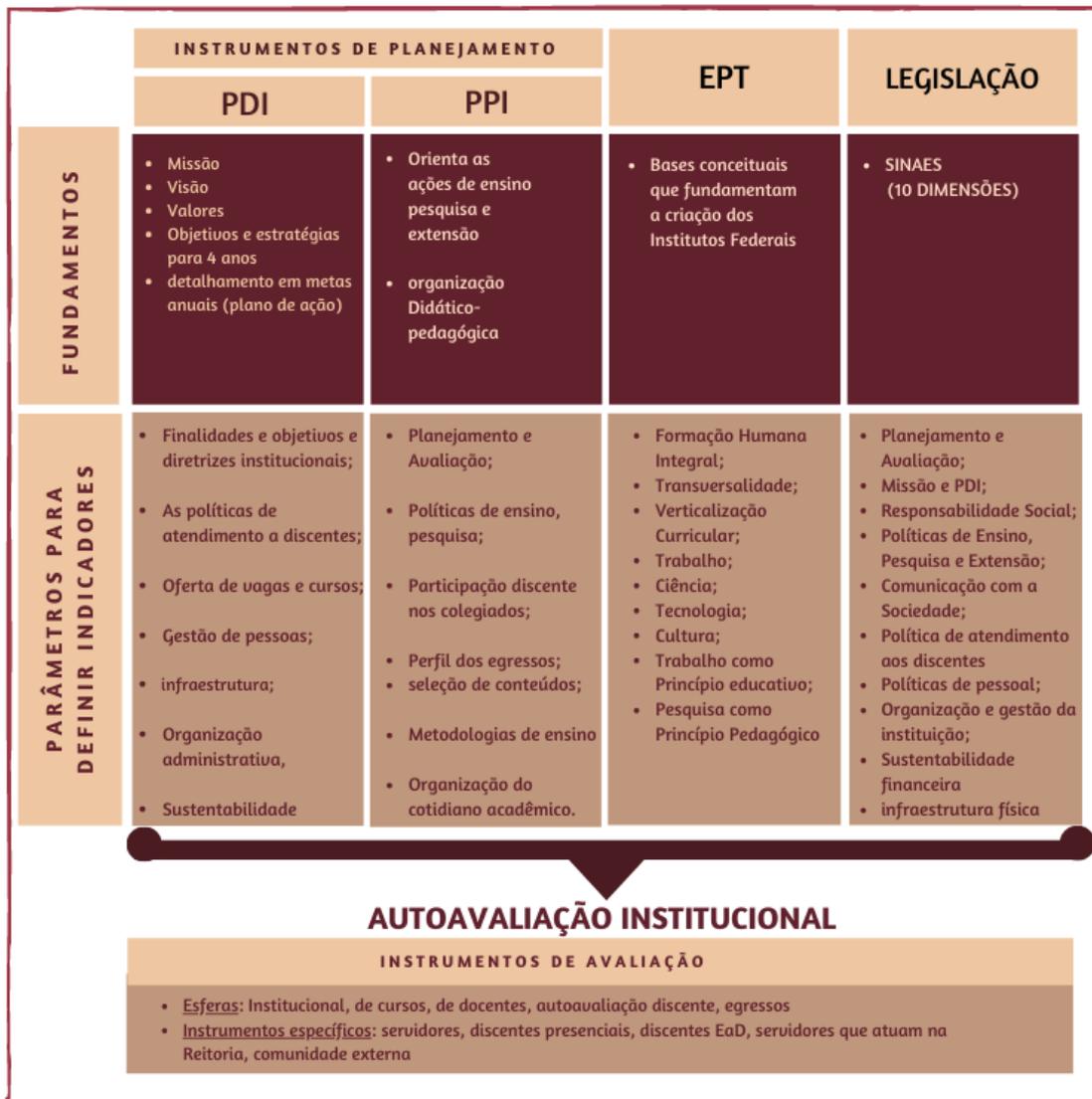
O SINAES prevê que a autoavaliação e a avaliação externa são orientadas por cinco (5) eixos que agrupam dez (10) dimensões que orientam o processo. Abaixo, há um paralelo deles com as concepções e princípios da EPT.

EIXOS SINAES	DIMENSÕES SINAES	PARALELO COM AS CONCEPÇÕES E PRINCÍPIOS DA EPT
PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	Planejamento e Avaliação	A comunidade acadêmica reconhece a importância da Autoavaliação para melhorar os processos institucionais? O planejamento considera a formação integrada, o trabalho como princípio educativo, a pesquisa como princípio pedagógico e favorece o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão alinhadas com o desenvolvimento local?
	Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional. Responsabilidade Social da Instituição	A comunidade acadêmica possui conhecimento dos documentos institucionais de planejamento, como PDI E PPI? As atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão são coerentes com responsabilidade social da instituição?
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão; Comunicação com a Sociedade; Política de Atendimento aos Discentes	Os cursos oferecidos pela instituição consideram os conceitos de politecnia e trabalho como princípio educativo na organização dos seus Projeto Pedagógicos e planos de ensino? A prática educativa está comprometida com uma formação integral e integrada para/com o mundo do trabalho?
		Os programas de estágio e prática profissional contribuem para a formação do estudante adequada aos campos de atuação e a articulação teoria e prática? O acompanhamento de egressos do câmpus verifica se o perfil de conclusão dos profissionais assegura a inserção dos estudantes no mundo do trabalho? As ações de inclusão, acompanhamento e Assistência Estudantil são eficientes para os níveis de ensino (verticalidade)? O ensino oferecido abre possibilidades para o prosseguimento dos estudos futuros em outros níveis? A política de pesquisa, inovação e tecnologia atendem às necessidades da comunidade acadêmica do câmpus?
POLÍTICAS ACADÊMICAS	Políticas de Pessoal; Organização e Gestão da Instituição; Sustentabilidade Financeira	A qualificação do quadro de servidores do câmpus está coerente para implementar ações desenvolvidas que integrem a indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão? São desenvolvidas ações de formação continuada de servidores, principalmente docentes, para atuarem nos múltiplos níveis de ensino? A instituição constitui um ambiente de trabalho acolhedor e democrático para que servidores e estudantes expressem suas opiniões com base nos preceitos da diversidade, da inclusão e da formação profissional? Há um esforço da gestão para gerar e alocar recursos financeiros que favoreça o ensino integrado e uma formação integral (com base na integração de todas as dimensões da vida - trabalho, ciência e cultura)?
		Os laboratórios (ciências, multidisciplinares, informática etc) e bibliotecas, salas de aula, salas de estudos permitem o desenvolvimento de pesquisas e as práticas profissionais nos múltiplos níveis de ensino e as e compatíveis com as atividades educacionais dos Cursos, conforme previsto no Catálogos Nacionais do Cursos Técnicos e Tecnólogos? Os ambientes para propícias para promover atividades artísticas e a diferentes manifestações de cultura?
POLÍTICAS DE GESTÃO	Infraestrutura Física	
INFRAESTRUTURA		

Quadro 2 - Eixos SINAES e as concepções e princípios da EPT. Fonte: Elaborado pelas autoras (2020)

2.3. Conexão entre os Instrumentos de Planejamento e de Autoavaliação Institucional na EPT

Aqui apresenta-se uma proposta para basear a melhor articulação entre o instrumentos de planejamento (PDI e PPI), as bases da EPT e os instrumentos de Autoavaliação Institucional.



Quadro 3 - Conexão entre instrumentos de planejamento e Autoavaliação na EPT. Fonte: Elaborado pelas autoras (2020).

DISPOSITIVOS LEGAIS

LEI Nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004 - Instituiu o SINAES.

PORTARIA Nº 2.051, DE 9 DE JULHO DE 2004 - Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES.

LEI Nº 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008 - Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

PORTARIA NORMATIVA Nº 23, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2010 - Altera dispositivos da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, que Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações.

DECRETO Nº 9.235, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017 - dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.

PORTARIA NORMATIVA Nº 19, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017 - Dispõe sobre os procedimentos de competência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP referentes à avaliação de instituições de educação superior, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de estudantes.

PORTARIA Nº 1.383, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017 - Aprova, em extrato, os indicadores dos Instrumentos de Avaliação Institucional Externa para os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação de organização acadêmica nas modalidades presencial e a distância do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes. Revoga Portaria MEC nº 92, de 31 de janeiro de 2014

2.5. Etapas da Autoavaliação Institucional

Pode-se considerar 5 etapas* para a realização da Autoavaliação Institucional:

1ª ETAPA: Planejamento/Preparação: esta primeira etapa começa pela constituição de uma Comissão Própria de Avaliação, com representantes de todos os segmentos. Ela será responsável pela elaboração dos instrumentos e pela mobilização da comunidade acadêmica sobre a importância da participação.

"O SENTIDO EDUCATIVO DA AVALIAÇÃO SE POTENCIA AINDA MAIS QUANDO OS PRÓPRIOS AGENTES DE UMA INSTITUIÇÃO SE ASSUMEM COMO PROTAGONISTAS DA TAREFA AVALIATIVA" (DIAS SOBRINHO, 2013, P. 177).

Os instrumentos devem atender a realidade da instituição e estarem alinhados ao que

* Adaptado da proposta de Autoavaliação da CAPES (2018)

2.6. Meta-avaliação

Meta-Avaliação é a avaliação da autoavaliação. Consiste na verificação do alcance dos objetivos inicialmente traçados na avaliação e se foram atingidos de forma adequada e eficaz. Além disso, busca assegurar a integridade da avaliação, desde a sua concepção até seus resultados. A esses princípios, pode-se acrescentar àqueles indicados por DIAS SOBRINHO (2011)

está proposto no SINAES, devendo contemplar as 10 dimensões, agrupadas em 5 Eixos, como no Quadro 2. Também é importante definir os objetivos e um cronograma de aplicação.

2ª ETAPA: Aplicação dos instrumentos de autoavaliação.

Aplicação de questionário on-line aos estudantes, docentes e técnico-administrativos.

3ª ETAPA: divulgação dos resultados

A divulgação dos resultados, preferencialmente, deverá ser realizada por vários meios, site, reuniões.

4ª ETAPA: Uso dos resultados.

Incentivar a aplicabilidade dos resultados como ferramenta identificadora de problemas na produção de estratégias e estabelecimento de ações para a melhoria das situações apontadas como insatisfatórias.

5ª ETAPA: Meta-avaliação

quais sejam: Totalidade, Integração, Processo, Pedagogia, Orientação Formativa, Qualidade, Flexibilidade, Credibilidade, Comparabilidade, Institucionalidade e Permanência. (ver Glossário p.31)

Todo esse processo, ao fim do ciclo, avaliativo visa o fortalecimento da capacidade avaliativa da Instituição.

"A META-AVALIAÇÃO AVALIA O NÍVEL DE QUALIDADE COM QUE SE DESENVOLVEU O PROCESSO DE AVALIAÇÃO E A SUFICIÊNCIA DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO. NUM PRIMEIRO NÍVEL, DETERMINA FORÇAS E FRAQUEZAS QUE NÃO FORAM DETECTADAS PELA AVALIAÇÃO PRIMÁRIA. NUM SEGUNDO NÍVEL, RATIFICA OU NÃO OS PRINCÍPIOS EM QUE SE INSPIRA A POLÍTICA AVALIATIVA: A PERTINÊNCIA, A JUSTIÇA E O CARÁTER PARTICIPATIVO DA AVALIAÇÃO". (COTERA E MATAMOROS APUD PINTO ET AL, 2016, P. 94)

2.7. Princípios da Autoavaliação Institucional

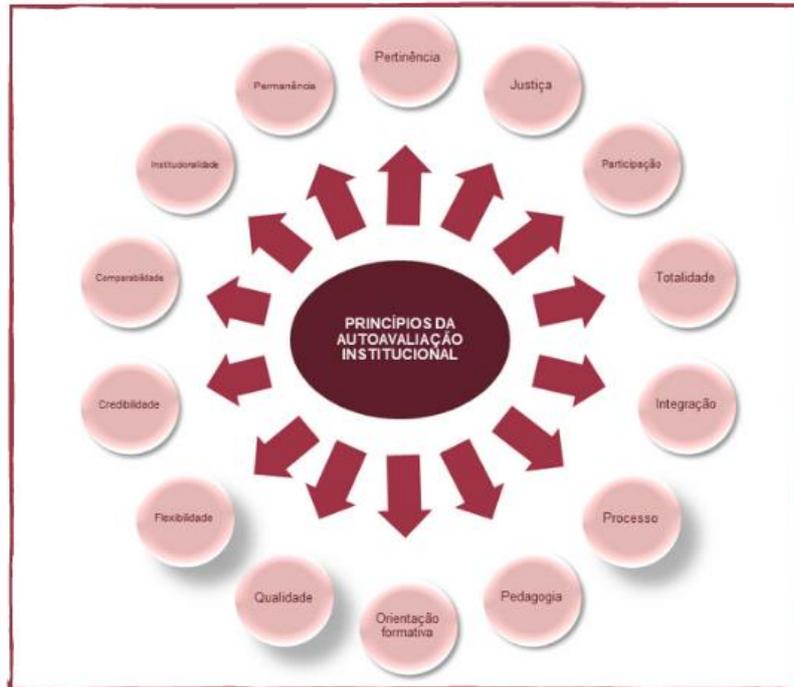


Figura 6 - Princípios da Autoavaliação Institucional. Fonte: Adaptado de Dias Sobrinho (2011) pelas autoras, 2020.

Após discorrer sobre a legislação e as etapas da Autoavaliação Institucional, aponta-se os princípios que devem orientar o processo no contexto dos Institutos Federais, conforme figura 6, traçando um caminho de superação da visão mecanicista da avaliação, marcada pelo controle e ranqueamento.

A Avaliação Institucional abrange todos os níveis e segmentos, é formada pelas partes que se integram, ou seja, perpassa por todas as atividades, estruturas e hierarquias de poder e de saber da instituição.

Ao ser realizada em forma de processo permanente, com periodicidade anual, favorece de-

seenvolvimento de uma cultura da autoavaliação. Ao ser enfatizada como um dispositivo educativo, reforça seu caráter formativo e não prestado a repreensão ou a penalidades.

O processo ocorre com flexibilidade, passando por ajustes e acertos, que são conduzidos por uma equipe com ampla visão da instituição e que possui credibilidade, focada em guiar a autoavaliação institucional com legitimidade ética e política, deixando todos os participantes seguros para expressar suas ideias. A autoavaliação é adaptada a realidade da própria instituição, motivada por comparabilidade consigo mesma.

2.8. Cultura da Autoavaliação Institucional

A efetividade da Autoavaliação Institucional pressupõe uma atenção ao encadeamento de uma cultura. Esse desafio deve permear os espaços e tempos formativos da instituição. Quanto mais profundamente o gestores, membros da CPA e comunidade acadêmica conhecem essa dinâmica planejamento-avaliação-novas ações, mais proveitosos serão os resultados da autoavaliação. Nesse rumo, o trabalho pedagógico pode ser norteado pelas seguintes premissas:

- a) Os atores envolvidos na autoavaliação (servidores, estudantes e representante da sociedade civil organizada) agem de forma alinhada com a legislação, os princípios da autoavaliação, as bases teóricas e as características da institucionalidade dos Institutos Federais.
- b) A razão de ser da autoavaliação é assumida e é utilizada no planejamento das decisões e ações.
- c) A autoavaliação é considerada um processo de transparência, conduzido por uma equipe técnica e ética.
- d) Os gestores e os membros da CPA demonstram expectativas em relação à autoavaliação e têm clareza sobre seu papel em promovê-la.
- e) A responsabilidade de participação no processo de autoavaliação é comunicada e cultivada com toda comunidade acadêmica.
- f) A equipe que conduz o processo permanece focada em desenvolver uma autoavaliação que promova o desenvolvimento da instituição.
- g) Os participantes, principalmente estudantes, sentem que sua participação é valorizada por meio da divulgação de resultados da autoavaliação.
- h) Os instrumentos de autoavaliação são revisados para acompanhar a dinâmica do espaço acadêmico.
- i) Os gestores e estudantes identificam os resultados da autoavaliação por meio das melhorias do espaço acadêmico.

Organizado com base em LUCK, 2011b pelas autoras (2020).



3.1. GESTÃO PARTICIPATIVA E DEMOCRÁTICA



Figura 7 - Princípios da Gestão Democrática

De acordo com a Constituição Federal e a LDB, a educação deverá ser ministrada com base nos princípios de gestão democrática. Cabe aos sistemas de ensino definirem as normas da gestão democrática de acordo com as suas peculiaridades, abrangendo a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico e das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Cabe destacar que só a lei não garante a participação efetiva no cotidiano. Como diz Barber apud Leite (2005) é preciso uma transformação de interesses privados para *interesses públicos* e de cidadãos privados e independentes para *cidadãos públicos*. E como afirma Paro (2008), a gestão democrática requer: "instalação de uma *estrutura político-administrativa adequada à participação nas tomadas de decisão de todos*".

De acordo com o PDI, no IFSul, a estrutura organizacional compreende: os **Órgãos Colegiados Superiores** (Conselho Superior e Colégio de Dirigentes), **Órgãos Colegiados Acadêmicos** (Colegiado dos Cursos, Conselho de Classe, Núcleo Docente Estruturante), **Comissões permanentes**, **Câmaras**, **Comitês**. Além, do **Grêmios Estudantil**, **Diretório Central de Estudantes (DCE)** e os **Núcleos**.

Os processos decisórios nessas instâncias devem ser orientados pelo *Diálogo*, a *Co-gestão* (LEITE, 2005), a *autoridade compartilhada* (LEITE, 2005), e as responsabilidades são assumidas em conjunto. Esse processo que deve ser acompanhado por todos através de uma *Avaliação Compartilhada* (LIBÂNEO, 2008), conforme representado na figura 7.

3.2. PARTICIPAÇÃO

"Participação significa a atuação dos profissionais da educação e dos usuários" (LIBÂNEO, 2008, p. 139) na gestão da instituição. O engajamento e a qualidade da participação influem diretamente no processo de consolidação de uma gestão democrática.

"A ORGANIZAÇÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA IMPLICA NÃO SÓ A PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO MAS A GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO (LIBÂNEO, 2008, P.143)

SENTIDOS

Segundo Libâneo (2008), a abertura a participação adquire dois sentidos:

- 1º) Fortalecer a AUTONOMIA da instituição, constituindo como prática formativa, onde a comunidade educativa interage com a sociedade civil;
- 2º) Compartilhar, institucionalmente, certos PROCESSOS DE DECISÃO, e se responsabilizar sobre as decisões.

OBSTÁCULOS

Também, que segundo Libâneo (2008) a participação, em si, apresenta alguns obstáculos como a manipulação da mídia, a desescolarização da população, falta de organização popular que acabam dificultando a participação popular nos processos decisórios, inclusive na escola.



O mesmo autor apresenta, ainda, os Princípios da Gestão Democrática, aqui, analisado na realidade concreta no contexto da gestão dos Institutos Federais:

- ↳ Propiciar condições para ações coletivas no ensino, pesquisa e extensão;
- ↳ Desenvolver vínculos mais estreitos com a comunidade acadêmica (responsáveis, estudantes, servidores) e com a comunidade externa (entidades e organizações paralelas a escola, mundo do trabalho);
- ↳ Trabalhando a concepção da escola, em conjunto com os servidores, para então definirem os Projetos Político-Pedagógico alinhado ao PPI e ao PDI;

↳ Utilização de informações concretas e análise de cada problema em seus múltiplos aspectos. Democratização e transparência nas utilização de informações;

↳ Celebrar as boas ações e boas práticas de projetos, pesquisa, didática, prática profissional;

↳ Coordenar e cobrar o cumprimento de responsabilidades compartilhadas conforme um mínima, através de um planejamento das ações pedagógicas e administrativas acompanhado de uma avaliação compartilhada dos procedimentos e decisões.

3.3. PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO



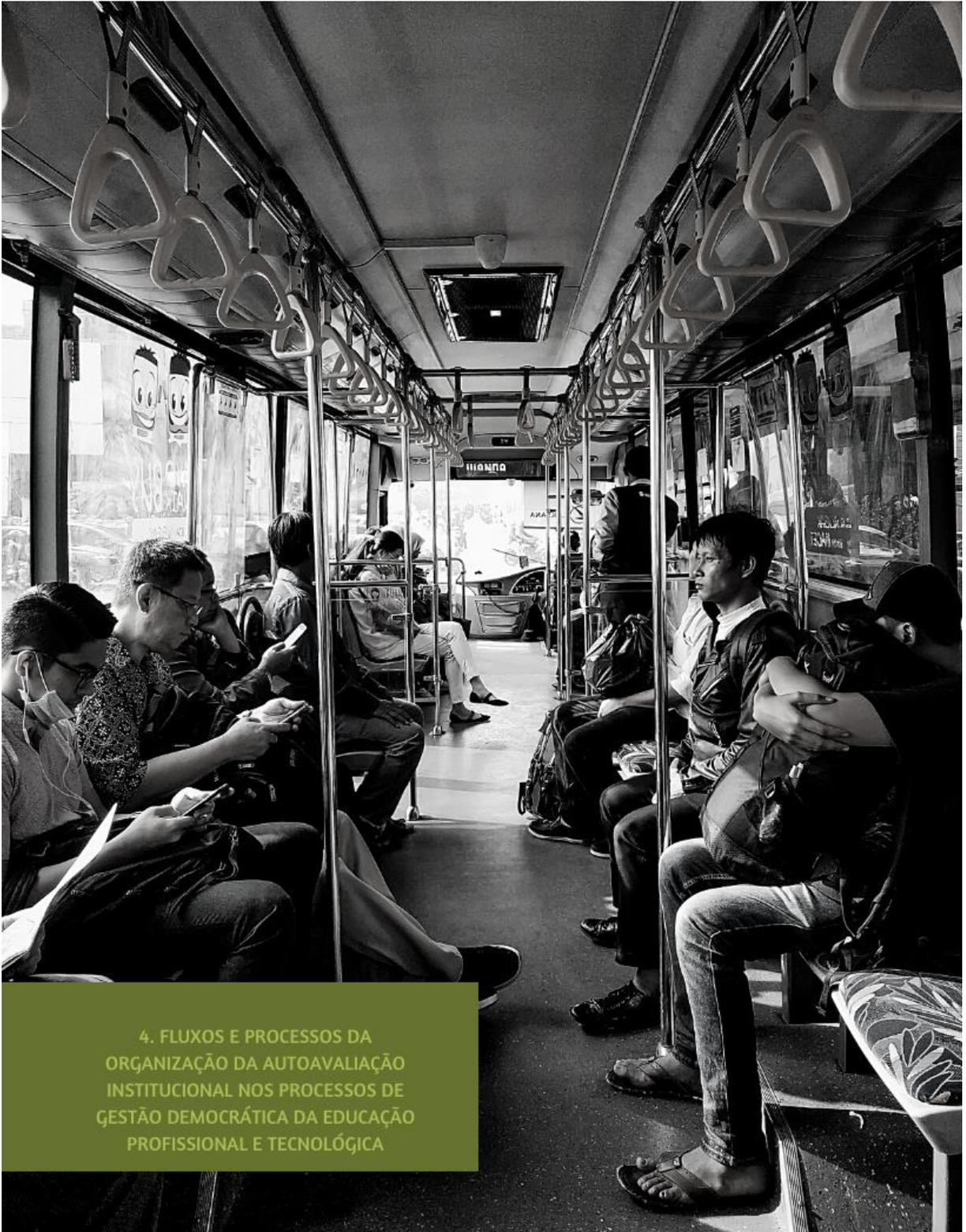
Dalmás (2011, p. 31) afirma que o "planejamento é formado por um complexo composto pelo Marco Situacional (MS), Marco Doutrinal (MD) e o Marco Operacional (MO). O primeiro é a descrição da realidade que se vive. O MD "é a parte do planejamento que pretende mostrar aonde se quer chegar", representa o dever de pessoa, sociedade e de educação, é nesse momento que a comunidade acadêmica descreve a utopia. O MO "é a tomada de decisões concretas".

A equipe coordenadora do processo, por meio de reuniões sistemáticas promove o processo de ação-reflexão-ação.

O planejamento é organizado em quatro etapas (figura 8): 1. Fazer um **leitura da instituição**, com levantamento qualitativos e quantitativos. 2. Realizar um **diagnóstico**, confrontar o que e espera como ideal (MD e MO) com a realidade educativa da escola (MS). 3. Fazer a **programação**, que define o que será possível fazer durante a execução do plano. 4. **Avaliar**. Cabe complementar que a avaliação não precisa ser uma única etapa, ela pode permear todo o processo, por isso a importância da Autoavaliação Institucional estar vinculada ao planejamento.



Figura 8 - Etapas do Planejamento Participativo. Fonte: Adaptado de Dálmas (2011) pelas autoras, 2020.



4. FLUXOS E PROCESSOS DA
ORGANIZAÇÃO DA AUTOAVALIAÇÃO
INSTITUCIONAL NOS PROCESSOS DE
GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

4.1. FLUXOS E PROCESSOS

FLUXOS E PROCESSOS DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO Educação Profissional e Tecnologia (EPT)



Figura 9 - Fluxos e Processos da Autoavaliação Institucional e Planejamento Participativo. Fonte: organizado pelas autoras com base em: seguintes obras: (DALMÁS, 2011), (GANDIN, 2013), (SAUL, 2003), DANTE et al (2015), BRASIL (2007), KUENZER (1989), PACHECO (2011), RAMOS (2014), SAVIANI (2007); CAPES (2018), 2020

4.2. PLANEJAMENTO E AÇÕES DE SUPERAÇÃO

"O planejamento participativo, assumido como processo de crescimento pessoal e transformação social, talvez seja o único caminho viável para se conseguir a renovação profunda das estruturas e das relações na educação formal" (DALMÁS, 2011, p. 30)

Atualmente o processo de Autoavaliação Institucional no IFSul está organizado de forma pontual, com a aplicação dos instrumentos de Autoavaliação. Ainda não está consolidada uma cultura de uso os resultados desse processo.

Com base no estudo desenvolvido nesta pesquisa, apresenta-se uma proposta que articula Planejamento - Gestão e Autoavaliação Institucional, num processo com fluxo contínuo e direcionado para a construção de melhorias.

O Fluxo (figura 9) alinha o Planejamento a uma proposta de Autoavaliação na perspectiva Emancipatória, que tem como princípio o protagonismo dos agentes envolvidos em uma Instituição Educacional, escrevam a sua "própria história e gerem as suas próprias alternativas de ação" (SAUL, 2010, p.65)

De acordo com Saul (2010) Avaliação emancipatória se desenvolve em diversos momentos que se articulam: primeiro, uma descrição da realidade, que pode abranger conceitos, valores e sentimentos detectados na fase de Planejamento e Autoavaliação. A seguir, Crítica a Realidade e a Criação cole-

iva, marcada por um recuo crítico sobre sua própria ação, através de procedimentos de reflexão sobre a prática e levantamento propositivos sugeridos.

O ciclo de finaliza com uma nova programação, marcada o delineamento de alterações necessárias na instituição.

Necessariamente, em cada etapa do Fluxo, indica-se que todos os agentes atuantes em cada uma das etapas, sejam eles docentes, técnicos, gestores, discentes ou comunidade externa, estejam envolvidos.

As Concepções e Princípios são apresentadas baseada nos conceitos que permeiam todo o processo, configurando-se uma proposta Autoavaliação voltada para a institucionalidade dos Institutos Federais.

Como aditivo ao fluxo, estão as recomendações de etapas de Autoavaliação Institucional, que devem ser organizadas em cinco etapas, cada uma delas detalhada no Capítulo 2.

O fluxo de autoavaliação não se finaliza, devendo ocorrer de forma permanente, após o encerramento da programação e da realização da metaavaliação, um novo ciclo se inicia.



GLOSSÁRIO

COMPARABILIDADE: “a instituição deve estabelecer as comparações entre os seus projetos e compromissos e aqui que consegue realizar” (DIAS SOBRINHO In: DIAS SOBRINHO & BALZAN, 2011, p. 69), projetando-se sobre si mesma e não se comparando-se a outras instituições.

CREDIBILIDADE: É imprescindível que todos se sintam seguros quanto à direção traçada e confiem nos articuladores do processo” (DIAS SOBRINHO In: DIAS SOBRINHO & BALZAN, 2011, p. 68), por isso, a importância da equipe que conduzirá o processo.

FLEXIBILIDADE: “o processo poderá passar por ajustes e acertos que signifiquem correção da rota, aperfeiçoamento ou adaptação que melhor assegurem a qualidade da ação.” (DIAS SOBRINHO In: DIAS SOBRINHO & BALZAN, 2011, p. 68), sem que isso signifique cedência ou enfraquecimento dos princípios e objetivos acordados.

INSTITUCIONALIDADE: de acordo com o mesmo autor, a avaliação deve fazer parte da instituição (institucionalidade) assim como as comissões, núcleos, conselhos, colegiados, etc.

INTEGRAÇÃO: Segundo (Dias Sobrinho e Balzan, 2011) esse princípio busca captar os sentidos da interação entre departamentos, cursos, docentes, docentes e técnicos-administrativos, para além do entendimento entre as partes.

JUSTIÇA: Segundo Figueiredo (1997, p. 74) “tem a ver com a maneira como malefícios e benefícios são distribuídos na sociedade e não com a quantidade absoluta”, implica comparação, retrospectiva e como as instituições distribuem direitos e deveres e determinam as vantagens da cooperação social.

ORIENTAÇÃO FORMATIVA: priorizar esse tipo de avaliação significa se atentar para o valor do processo e das “teias intersubjetivas que dão consistência ao esforço coletivo” (DIAS SOBRINHO In Dias Sobrinho & Balzan, 2011, p. 67) de projetar o que é necessário para melhorar a instituição.

PEDAOGIA: “a avaliação intervém qualitativamente no desenvolvimento dos processos e nas estruturas comunicativas da [instituição educativa], atuando, portanto, como dispositivo educativo das pessoas que nela se envolvem”. (DIAS SOBRINHO In DIAS SOBRINHO & BALZAN, 2011, p. 66). Enfim, é um processo de construção coletiva.

PARTICIPAÇÃO: Significa a atuação de toda comunidade acadêmica na Autoavaliação.

PERMANÊNCIA: deve ter uma permanência assegurada na vida institucional, para além de projetos de uma dada gestão, como indica (Dias Sobrinho e Balzan, 2011).

PERTINÊNCIA: “Quando o programa já foi concluído, examina-se a pertinência do uso futuro da experiência, isto é, se o mesmo tipo de programa deve ser replicado ou não” (RAMOS, e CHABBACH, 2012)

PROCESSO: como afirma (Dias Sobrinho e Balzan, 2011), a autoavaliação institucional deve inscrever-se na prática total da instituição, isto é, realizar-se como cultura.

QUALIDADE: significa incluir na avaliação dados qualitativos que expõe questões como o “currículo oculto, as relações educativas concretas, o clima escolar, o desenvolvimento do processo mesmo e as características da ação empreendida coletivamente” (DIAS SOBRINHO In c, 2011, p. 68).

TOTALIDADE: Com base em (Dias Sobrinho e Balzan, 2011) trata-se de um questionamento sistemático de todas as atividades da instituição, seus fins e seus meios: ensino, pesquisa e extensão, gestão, infraestrutura e condições gerais de trabalho, bem como a participação ampla e assumida dos agentes (estudantes, servidores, representantes dos setores organizados da sociedade)

REFERÊNCIAS

- BRASIL, Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Ministério da Educação: Brasília (DF), 2016.
- BRASIL, Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. Ministério da Educação: Brasília (DF), 2016.
- BRASIL. DECRETO Nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Brasília (DF), 2017.
- BRASIL. Educação Profissional Técnica de Nível Médio – Documento Base. Brasília: MEC/SETEC, 2007. BRASIL. Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES – e dá outras Providências. Brasília (DF), 2004.
- BRASIL. Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília (DF), 2008.
- BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília (DF), 1996.
- BRASIL. Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES – e dá outras Providências. Brasília (DF), 2004.
- BRASIL. PORTARIA Nº 23, de 21 de dezembro de 2017. Dispõe sobre os fluxos dos processos de credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos. Brasília (DF), 2017.
- CAPES. Relatório do GT de Autoavaliação dos Programas de Pós-Graduação, 2018. Disponível em https://www.uab.capes.gov.br/images/novo_portal/documentos/DAV/avaliacao/06032019_Relat%C3%B3rio_Final_Autoavalia%C3%A7%C3%A3o.pdf, acessado em 15/10/2020.
- DALMÁS, Ângelo. Planejamento participativo na escola: elaboração, acompanhamento e avaliação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- DIAS SOBRINHO, José. Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003.
- DIAS SOBRINHO, José. DIAS SOBRINHO, José. DIAS SOBRINHO, José. BALZAN, Newton César. Avaliação Institucional: teorias e experiências. São Paulo: Cortez, 2011.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Princípios de justiça e avaliação de políticas. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 39, p. 73-103, 1997.
- IFSul. Instituto Federal Sul-rio-grandense. Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2019. Pelotas (RS), 2014.
- IFSul. Instituto Federal Sul-rio-grandense. Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024. Pelotas (RS), 2020.
- LEITE, Denise. Reformas Universitárias: avaliação institucional participativa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da escola: teoria e prática. Goiânia: MF Livros, 2008.
- LÜCK, Heloísa; FREITAS, Kátia Siqueira; GIRLING, Robert; KEITH, Sherry. A escola participativa: o trabalho do Gestor Escolar. Petrópolis: Vozes, 2011 (a)
- LUCK, Heloísa. Gestão da Cultura e do clima organizacional da escola. Petrópolis: Vozes, 2011(b).
- PACHECO, Eliezer. Institutos Federais: Uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica. Brasília/São Paulo: Fundação Santillana/Editora Moderna: 2011. Disponível em: <https://www.moderna.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A7A83CB34572A4A01345BC3D5404120>. Acesso em: 03 de abril de 2019.
- PARO, Vitor Henrique. Gestão Democrática da escola pública. São Paulo: Ática, 2008.
- PINTO, Rodrigo S. et al. Meta-avaliação: uma década do Processo de Avaliação Institucional do SINAES. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 21, n. 1, p. 89-108, 2016.
- RAMOS, Marília Patta; SCHABBACH, Letícia Maria. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. Revista de administração pública, 2012, 46.5: 1271-1294.
- RAMOS, M.N. Ensino Médio Integrado: lutas históricas e resistências em tempos de regressão. In: ARAÚJO, A. C.; SILVA, N.N. Ensino Médio Integrado: fundamentos, práticas e desafios. Brasília: Ed. IFB, 2017.
- RAMOS, Marise Nogueira. Ensino Médio Integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. In: MOLL, Jaqueline e colaboradores. Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- RAMOS, Marise Nogueira. Ensino Médio Integrado: da conceituação à operacionalização. In: Cadernos de Pesquisa em Educação. Vitória, v.19, n.39, p. 15-29. Jan/jun. 2014.
- RAMOS, M.N. Ensino Médio Integrado: lutas históricas e resistências em tempos de regressão. In: ARAÚJO, A. C.; SILVA, N.N. Ensino Médio Integrado: fundamentos, práticas e desafios. Brasília: Ed. IFB, 2017.
- SAVIANI, D. Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 34 jan./abr. 2007.
- SAUL, Ana Maria. Avaliação Emancipatória: desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação do currículo. São Paulo: Cortez, 2003.

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

QUESTÕES FECHADAS

1. O Guia apresenta informações relevantes sobre o processo de Avaliação Institucional?
2. O Guia apresenta propostas de ações de avaliação institucional alinhada às particularidades da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e da institucionalidade dos Institutos Federais?
3. Este produto educacional demonstra relação entre a legislação da avaliação institucional e as diretrizes e concepções da EPT?
4. O conteúdo do Guia é capaz de provocar reflexões sobre a importância da participação nos processos de gestão do IFSUL?
5. Quanto à apresentação gráfica e o formato, você considera o Guia adequado para a compreensão dos processos de avaliação institucional e planejamento participativo pelos gestores do IFSUL?
6. Os textos apresentados se relacionam com as imagens no Guia?
7. Os capítulos do Guia apresentam-se interligados e coerentes?
8. A linguagem utilizada no material é adequada para o público ao qual se destina (gestores e membros da CPA)?
9. O Guia contribui com subsídios para a implantação da avaliação institucional e para o planejamento participativo, com vistas a melhorias dos processos institucionais?
10. O Guia contribui para o processo de aprendizagem de gestores e servidores em relação à avaliação institucional e ao planejamento participativo?

QUESTÕES ABERTAS

11. Em sua opinião, qual a pertinência do Guia para a realidade do IFSul?
12. Você teria sugestões para acrescentar ou melhorar o material Guia?

ANEXO A – AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL IFSUL

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE
DO SUL – IFRS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO – PROPII
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP

AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu, Flávio Luís Barbosa Nunes, responsável pela instituição Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, autorizo a realização da pesquisa intitulada “**AValiação INSTITUCIONAL: CONTRIBUIÇÕES PARA A QUALIDADE DOS PROCESSOS DE GESTÃO DO ENSINO TÉCNICO E TECNOLÓGICO.**”, a ser conduzido pelos pesquisadores abaixo relacionados. Foi informada pelo responsável do estudo sobre objetivos, metodologia, riscos e benefícios aos participantes da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento.

Foi assegurado pelo pesquisador responsável que os dados coletados serão mantidos em absoluto sigilo de acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 466/2012, que trata da Pesquisa envolvendo seres humanos e que serão utilizados tão somente para a realização deste estudo.

Esta instituição está ciente de suas co-responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa, disposta de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Serão disponibilizados, ao pesquisador, espaço físico para a realização do grupo focal.

Grammaí, 27 de agosto de 2019.



Assinatura e carimbo do responsável institucional

Reitor

Flávio Luís Barbosa Nunes
Reitor
Instituto Federal Sul-rio-grandense

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, consultar:

CEP/IFRS

E-mail: cepesquisa@ifrs.edu.br

Endereço: Rua General Osório, 348, Centro, Bento Gonçalves, RS, CEP: 95.700-000

Telefone: (54) 3449-3340

Pesquisador(a) principal: Fabiana Cenzano Fagundes

Telefone para contato: (51) 993191808

E-mail para contato: fabiczenano@yahoo.com.br

Demais pesquisadores:

Nome: Dra. Clarice Monteiro Escott (Orientadora)

Telefone para contato: (51) 99951-2460

E-mail para contato: clarice.escott@pos.ifrs.edu.br

ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a):

Você está sendo respeitosamente convidado(a) a participar do projeto de pesquisa intitulado: “AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: CONTRIBUIÇÕES PARA A QUALIDADE DOS PROCESSOS DE GESTÃO DO ENSINO TÉCNICO E TECNOLÓGICO.”, cujos objetivos são investigar como a avaliação institucional do IFSul contribui para o planejamento de ações de melhoria nos processos institucionais do Câmpus Gravataí. Este projeto está vinculado ao programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT)

A pesquisa será feita no/a IFSul – Câmpus Gravataí, através de formulário eletrônico.

=====

Fui alertado(a) que este estudo apresenta risco mínimo, isto é, poderá causar desconforto pelo desconhecimento do assunto. Caso ocorra algum incidente, serei encaminhado para serviço de saúde pública e, na impossibilidade de atendimento, particular à custa da pesquisadora, a fim de receber o acompanhamento necessário. Além disso, diante de qualquer tipo de questionamento ou dúvida poderei realizar o contato imediato com um dos pesquisadores responsáveis pelo estudo que fornecerá os esclarecimentos necessários.

Foi destacado que minha participação no estudo é de extrema importância, uma vez que se espera para o desenvolvimento desta pesquisa e para o aprimoramento do processo de avaliação institucional do IFSul.

Estou ciente e me foram assegurados os seguintes direitos:

- da liberdade de retirar o meu consentimento, a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, sem que isso me traga prejuízo de qualquer ordem;
- da segurança de que não serei identificado(a) e que será mantido o caráter confidencial das informações relacionadas à minha privacidade;
- de que serão mantidos todos os preceitos ético-legais durante e após o término da pesquisa, de acordo com a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde;
- do compromisso de ter acesso às informações em todas as etapas do estudo, bem como aos resultados, ainda que isso possa afetar meu interesse em continuar participando da pesquisa;
- de que não haverá nenhum tipo de despesa ou ônus financeiro, bem como não haverá nenhuma recompensa financeira relacionada à minha participação;
- de que não está previsto nenhum tipo de procedimento invasivo, coleta de material biológico, ou experimento com seres humanos;
- de não responder qualquer pergunta que julgar constrangedora ou inadequada.

Eu _____, portador do documento de identidade _____, aceito participar da pesquisa intitulada: "**AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROCESSOS DE GESTÃO DO ENSINO TÉCNICO E TECNOLÓGICO**". Fui informado(a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada, bem como sobre a metodologia que será adotada, sobre os riscos e benefícios envolvidos. Recebi uma cópia deste termo de consentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Gravataí, ____ de _____ de _____.

Assinatura do (a) participante

Assinatura do (a) pesquisador(a)

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, poderei consultar:

CEP/IFRS

E-mail: cepesquisa@ifrs.edu.br

Endereço: Rua General Osório, 348, Centro, Bento Gonçalves, RS, CEP: 95.700-000

Telefone: (54) 3449-3340

Pesquisador(a) principal: Fabiana Centeno Fagundes

Telefone para contato: (51) 993191808

E-mail para contato: fabicenteno@yahoo.com.br

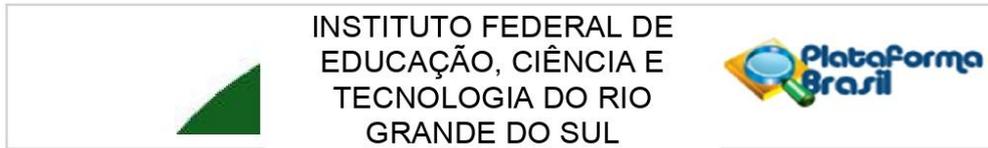
Demais pesquisadores:

Nome: Dra. Clarice Monteiro Escott (Orientadora)

Telefone para contato: (51) 99951-2460

E-mail para contato: clarice.escott@poa.ifrs.edu.br

ANEXO C – PARECER CONSUBSTANCIADO COMITÊ DE ÉTICA (CEP)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: CONTRIBUIÇÕES PARA A QUALIDADE DOS PROCESSOS DE GESTÃO DE ENSINO TÉCNICO E TECNOLÓGICO

Pesquisador: FABIANA CENTENO FAGUNDES

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 20070819.8.0000.8024

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO RIO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.622.325

Apresentação do Projeto:

Trata-se de projeto de pesquisa vinculado ao Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica pelo Programa de Pós-Graduação, conduzido pela Fabiana Centeio e orientado pela prof Clarice Escott.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Geral: Analisar as possibilidades de contribuição de um Guia para a qualificação dos processos de avaliação institucional e planejamento das ações de gestão no IFSul - campus Gravataí em uma perspectiva democrática e participativa.

Objetivos específicos:

- Analisar a proposta de autoavaliação do IFSul, as repercussões da implantação no campus Gravataí e sua relação com os processos de gestão;
- Identificar as características necessárias a um processo de avaliação institucional participativa alinhada à institucionalidade dos Institutos Federais;
- Construir um Guia que subsidie os processos de avaliação e gestão participativa, com vistas a melhorias dos processos institucionais.
- Avaliar a proposta do Guia para os processos de avaliação institucional e sua relação com a gestão, junto aos gestores e CPA do campus Gravataí.

Endereço: Rua General Osório, 348

Bairro: CENTRO

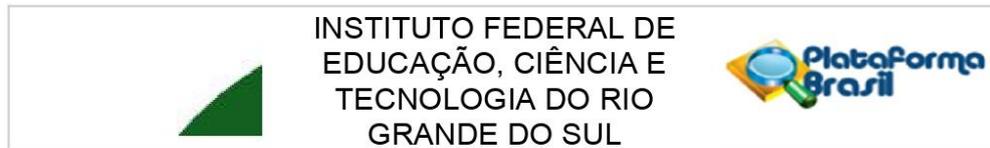
CEP: 95.700-086

UF: RS

Município: BENTO GONCALVES

Telefone: (54)3449-3340

E-mail: cepesquisa@ifrs.edu.br



Continuação do Parecer: 3.622.325

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Como a pesquisa não terá identificação dos envolvidos, e contando que a participação na pesquisa e no grupo focal se dará de forma voluntária, e que a qualquer momento os participantes poderão declinar do aceite, os riscos de constrangimento mínimos.

Os benefícios da pesquisa se darão em duas vertentes, visto que por um lado será produzido conhecimento para promover a melhor integração à equipe de gestão e por outro gerará conhecimentos para aplicação em outros campi dos Institutos Federais.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa qualitativa, documental e com grupo focal.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

TCLE e autorização institucional ok.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não foram observados óbices éticos.

O projeto está aprovado e, após a finalização da última etapa, conforme cronograma cadastrado na Plataforma Brasil, o pesquisador possui o prazo de 60 dias para envio do relatório final via Plataforma.

Considerações Finais a critério do CEP:

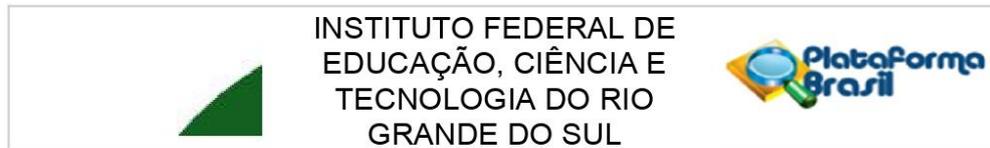
Não foram observados óbices éticos.

O projeto está aprovado e, após a finalização da última etapa, conforme cronograma cadastrado na Plataforma Brasil, o pesquisador possui o prazo de 60 dias para envio do relatório final via Plataforma.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1425107.pdf	02/09/2019 15:30:30		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento /	TCLE.pdf	02/09/2019 15:29:35	FABIANA CENTENO FAGUNDES	Aceito

Endereço: Rua General Osório, 348
Bairro: CENTRO **CEP:** 95.700-086
UF: RS **Município:** BENTO GONCALVES
Telefone: (54)3449-3340 **E-mail:** cepesquisa@ifrs.edu.br



Continuação do Parecer: 3.622.325

Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	02/09/2019 15:29:35	FABIANA CENTENO FAGUNDES	Aceito
Folha de Rosto	PlataformaBrasil_formulario_Fabiana_Centeno_Fagundes.PDF	02/09/2019 15:15:35	FABIANA CENTENO FAGUNDES	Aceito
Cronograma	cronograma.pdf	31/08/2019 10:20:51	FABIANA CENTENO FAGUNDES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_final_fcf.pdf	31/08/2019 10:17:55	FABIANA CENTENO FAGUNDES	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	autorizacao_institucional_IFSul.PNG	31/08/2019 09:56:40	FABIANA CENTENO FAGUNDES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BENTO GONCALVES, 04 de Outubro de 2019

Assinado por:
MARCELO MALLET SIQUEIRA CAMPOS
(Coordenador(a))

Endereço: Rua General Osório, 348
Bairro: CENTRO **CEP:** 95.700-086
UF: RS **Município:** BENTO GONCALVES
Telefone: (54)3449-3340 **E-mail:** cepesquisa@ifrs.edu.br